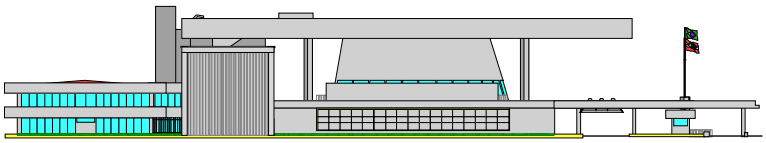
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII | FLORIANÓPOLIS, 10 DE ABRIL DE 2013 | NÚMERO 6.535

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Gelson Merisio
Angela Albino
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Valmir Comin
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Jorge Teixeira
Angela Albino
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora em exercício:
Nadia Regina Pereira

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII
NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 23ª Sessão Ordinária realizada em 03/04/2013.....2
Ata da 004ª Sessão Extraordinária realizada em 03/04/2013.....13
Ata da 005ª Sessão Extraordinária realizada em 03/04/2013.....15

Atos da Mesa
Ato da Mesa DL 18

Publicações Diversas
Atas de Comissões Permanentes.....18
Mensagem Governamental 19
Ofício 19
Portarias.....19

PLENÁRIO

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon -Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMARIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Levanta questões importantes relacionadas a municípios catarinenses.
DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao problema dos hospitais.
DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se a respeito do problema do destino a ser dado ao lixo no mundo.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca a importância de os funcionários da Saúde receberem um bom salário; reporta-se à liberação pelo governo do estado de recursos no valor de R$ 40 milhões.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Registra a necessidade de uma política salarial satisfatória.
DEPUTADO DADO CHEREM - Manifesta preocupação com a Saúde municipal e estadual; reporta-se à dificuldade de gerir a Segurança Pública.
DEPUTADO MAURO DE NADAL - Reporta-se à situação dos indígenas e à necessidade de solução.
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Aborda problemas na Saúde, Educação, Segurança Pública.
DEPUTADO JAILSON LIMA - Defende o governo federal.
DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se com relação à demarcação de terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero saudar os visitantes desta tarde, em especial a comunidade de Palhoça, que vem mais uma vez a esta Casa fazer sua justa reivindicação, como também o prefeito e o vice-prefeito do município de Dona Emma, do alto vale norte, que estão prestigiando esta sessão, em especial os nossos amigos de Joinville Adalberto e o reverendo Anderson Marques, que é um conferencista internacional que também está conosco nesta tarde.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Volmar, presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, que está tratando de interesses do município.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero aproveitar para registrar a presença do prefeito Luciano Paganini do nosso querido e belo município de Iomerê, no meio-oeste de Santa Catarina, acompanhado também dos vereadores Denis Périco, do PT, e de Aleomar Penso, do PMDB, a quem desejamos boa estada neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em nome desta Casa também saudamos todos os mencionados pelos deputados. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Quero também cumprimentar o prefeito de Campos Novos, o Nelson, e o prefeito e o vice-prefeito de Pinheiro Preto, que se encontram nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimadas lideranças aqui presentes, prefeitos, vereadores, moradores da região de Palhoça, que estão trazendo as suas indicações, as suas mobilizações, é sempre muito importante a participação da sociedade catarinense, e quando temos alguma questão que precisa ter visibilidade, esta Casa é um excelente lugar para se dar a repercussão desejada.

Sejam todos bem-vindos!

Gostaria de fazer, sr. presidente, durante o horário das Breves Comunicações, uma abordagem de alguns assuntos referentes a alguns municípios, especialmente da região do meio-oeste de Santa Catarina.

Inicio por uma questão importante para o município de Joaçaba, pelo Aeroporto Regional Santa Terezinha, onde está sendo instalada uma unidade dos bombeiros militares. Consta, inclusive, pela placa daquela unidade, que essa obra deveria estar pronta, concluída em setembro de 2012, mas passado mais de meio ano a situação está igual, ou seja, sem o devido funcionamento da unidade avançada do Corpo de Bombeiros Militar no aeroporto de Joaçaba.

Durante esta semana a imprensa local repercutiu esse assunto e, por isso, trago aqui um extrato da matéria produzida pela *Rádio Catarinense,* que traz o anseio da comunidade regional pelo início do funcionamento do posto avançado.

Fala-se que há defasagem de bombeiros, então, nada mais oportuno do que observarmos duas questões importantes. Em primeiro lugar, se há defasagem, que sejam contratados mais bombeiros. Em segundo lugar, temos uma parceria extraordinária, deputado Ismael dos Santos, em Santa Catarina, com os bombeiros voluntários e comunitários.

No ano passado, aprovamos, deputado Romildo Titon, a possibilidade de os bombeiros voluntários continuarem fazendo o seu trabalho. E um dos argumentos era exatamente este: o bombeiro militar, em que pese fazer um grande trabalho, não estava conseguindo beneficiar todas as cidades de Santa Catarina.

Então, aqui está mais uma prova de que se não fosse o trabalho dos bombeiros voluntários e comunitários, muito mais cidades ainda estariam a descoberto.

Portanto, trazemos aqui essa questão de Joaçaba, do posto avançado, porque lá, especificamente, trata-se dos bombeiros militares. E fizemos um apelo - e estamos, inclusive, transformando isso numa indicação - ao comando-geral dos bombeiros militares de Santa Catarina, à secretaria de Segurança e ao governo do estado para que providenciem a contratação dos bombeiros e a ativação desse posto avançado.

Houve lá, nessa semana, um incêndio nas proximidades da região em que um imóvel foi consumido em aproximadamente 20 minutos. Se houvesse aquela unidade avançada poderia ter atendido, quem sabe, aquela ocorrência e evitado um prejuízo maior.

Além disso, como eu disse, ele está localizado próximo ao Aeroporto Regional Santa Terezinha, de Joaçaba, o que também aumenta a sua importância.

O segundo registro que gostaria de fazer, sr. presidente, é sobre dois municípios também da região do meio-oeste, mais para o oeste de Santa Catarina.

O primeiro deles é Seara. Hoje é o dia do aniversário da emancipação político-administrativa do município de Seara, que completa 59 anos de emancipação.

Seara, para quem não conhece, tem aproximadamente 18 mil habitantes e faz parte da microrregião do alto Uruguai catarinense. Tem suporte financeiro baseado nas atividades de sua maior indústria, a Cargill/Seara Alimentos S/A, além da pequena agroindústria familiar, da agricultura familiar e de outros empreendimentos.

É importante ressaltar que em Seara está situado o Museu Entomológico Fritz Plaumann, que é o maior conjunto entomológico das Américas e recebe inúmeros visitantes e estudiosos do Brasil e do exterior, estabelecendo para Seara um turismo científico e cultural admirável.

Então, ao tempo que faço o registro do aniversário e parabenizo a comunidade de Seara e região, todos aqueles que fizeram de Seara esse município progressista, a sua administração e o seu povo, faço o registro desse importante museu que é o maior museu, como eu disse, entomológico das Américas e que recebe visitantes de todas as partes do Brasil e de fora do país.

A programação é extensa e inclui a Festa Catarinense da Suinocultura e também um Kerbfest, que é tradicional na região e já será o 21º.

O segundo registro a respeito de aniversário de município é que também nesta semana, mais especialmente no domingo, será o aniversário de um município também hospitaleiro e com crescente desenvolvimento, que é Ouro, agora, inclusive, festejando também o início das obras de pavimentação, deputado Romildo Titon - e v.exa. foi um grande lutador por essa obra -, da ligação de Jaborá a Ouro, uma antiga reivindicação de mais 30 anos da comunidade regional.

Senhores, se pegarem alguns mapas, inclusive o Google, se não me falhe a memória, e outros, aparece a estrada como pavimentada, mas não é uma estrada pavimentada. Agora, efetivamente, é uma obra que está em andamento, e esse município completa 50 anos de emancipação e é governado pelo nosso amigo e companheiro Vitor Faccin, que assumiu a administração em 01 de janeiro e tem conduzido o município com competência e seriedade. Esse município é separado da cidade de Capinzal pelo rio do Peixe e tem 7.500 habitantes.

Teremos também uma longa programação de aniversário, e queríamos fazer de forma muito especial esse registro a esses dois queridos municípios.

Para finalizar, sr. presidente, aproveitando os dois minutos restantes, quero fazer um registro. Vamos aprovar aqui, e deve ser aprovado, porque já foi aprovado por unanimidade nas comissões, o projeto que estabelece a gratificação aos servidores da área da Saúde. E obviamente, sendo aprovado de forma rápida, possibilitará que esse pagamento seja feito o quanto antes possível.

Gostaria também de fazer uma observação que fizemos hoje pela manhã na comissão, de que precisamos pensar em aumentar os recursos destinados à Saúde no Brasil. Quem efetivamente está colocando mais dinheiro do que o mínimo constitucional são apenas os municípios. É raro o município que aplica apenas 15% estabelecidos na Constituição. Há casos de municípios que estão aplicando 20%, 22%, 25%, até 30%. Mas o mesmo não ocorre com o estado.

O estado tem aplicado rasos 12%, que é o mínimo constitucional para o estado, e temos defendido com frequência que haja o aumento do valor destinado, deputado Serafim Venzon, para o estado também. Fala-se muito que a União tem que gastar mais, que tem que ter um percentual do PIB à saúde, mas o estado não pode se limitar apenas aos 12%. Principalmente o estado que tem colocado a Saúde como uma grande prioridade. Foi dito isso quando da campanha eleitoral, da última eleição, pelo governador, e acreditamos que a Saúde deva de fato ser prioridade.

Portanto, a aprovação dessa gratificação de hoje é importante, necessária e será feita. Mas não podem cobrir uma série de problemas que vieram à tona, principalmente, no final do ano passado, quando por quase 60 dias os trabalhadores da área da Saúde pública em Santa Catarina fizeram a paralisação e demonstraram claramente as deficiências que a Saúde tem no estado.

Então, vão aprovar esse projeto, mas na expectativa de que de fato a Saúde passe a ser prioridade em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem,a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do vereador do Partido dos Trabalhadores, do município de Papanduva, que se faz presente neste plenário, sr. Adeniz Humenhuka.

Esse é o primeiro mandato dele. Ele veio aqui conhecer o Parlamento e colocar para nós as dificuldades do município. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vindo também o vereador.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero inicialmente cumprimentar, hoje, todos os colaboradores do governo, os funcionários públicos, de forma especial os funcionários da Saúde, eis que depois de um longo processo de reivindicação o pleito deles foi aqui atendido pelo governo. E pelo o que vi na expressão do presidente do Sindicato ele está satisfeito com o pleito.

Hoje pela manhã a comissão de Finanças aprovou o Projeto n. 0074/13, do governo do estado de Santa Catarina, atendendo ao pleito dos servidores públicos da Saúde. E praticamente no mesmo horário o deputado Volnei Morastoni, através da comissão da Saúde, presidia a audiência pública em prol da ação popular da Saúde+10.

A Saúde+10 é um movimento que está acontecendo no Brasil inteiro, em Santa Catarina também, para obter que 10% do orçamento geral da união sejam destinados à Saúde. Os municípios destinam 15%, o estado 12%; quanto à união, gostaríamos que, por lei, fosse obrigada a investir 10%. Com isso aumentariam os recursos hoje já destinados à Saúde em mais de R$40 bilhões, R$50 bilhões, que naturalmente aumentariam à medida que aumentasse o orçamento da união.

Ao mesmo tempo, o governador do estado de Santa Catarina, hoje, está em audiência com o ministro da Saúde, em audiência com a presidente Dilma, levando o pedido de Santa Catarina, que é certamente também o pedido de todos os estados. O problema existe em todos os estados. E estamos vendo isso pelos jornais de abrangência nacional, que reportam os problemas com os hospitais em diversos estados. E esses problemas são parecidos com os nossos aqui.

Então, vi três coisas importantes acontecendo praticamente ao mesmo tempo. A comissão de Finanças aprovando o projeto do governador, que concede um aumento, uma gratificação, por mérito, de 50% sobre o salário base dos funcionários da Saúde; a comissão de Saúde, liderada pelo deputado Volnei Morastoni, pedindo que a união destine 10% do seu orçamento; e o governador de Santa Catarina levando o pleito ao ministro e à presidente da República a respeito da necessidade de maiores investimentos na Saúde.

Este ano mesmo o estado de Santa Catarina fez um levantamento do que se gastou nos hospitais públicos de Santa Catarina, no ano de 2012. E todas as internações que acontecem nesses hospitais, como são hospitais públicos, agora já proibidos de atender qualquer tipo de convênio, desde particular até Unimed, que atendem exclusivamente SUS, estão gerando uma AIH. E o recurso, na verdade, que vem para o estado de Santa Catarina não vem solto, ele vem como AIH, Autorização de Internação Hospitalar.

Essas internações hospitalares, no ano passado, significaram uma receita para o estado de aproximadamente R$ 147 milhões. E o que o estado gastou, de fato, no ano passado, com os hospitais públicos no seu atendimento foram R$ 598 milhões. Se multiplicarmos 147 por quatro, vamos chegar mais ou menos a esse número. Ou seja, aquilo que o governo gastou para atender significou 25% daquilo que de fato ele gastou. Aliás, o que ele recebeu da união para cobrir aqueles gastos dos atendimentos significa ¼ do que ele gastou de fato. Gastou 600 milhões, ou quase 600 milhões, e na verdade recebeu apenas 148. Não ganhou 25%. Faltou um pouquinho ainda para dar o 25%.

Então, todo o custo que o governo teve nesses hospitais, o custo real, foi quatro vezes maior do que o que foi pago em forma de AIH.

Aí dá para os nossos telespectadores entenderem por que todos os hospitais de Santa Catarina, com raríssimas exceções, passam a ter um valor pela internação maior do que o normal, maior do que a grande maioria recebe. Hoje uma AIH corresponde aproximadamente a R$ 600,00. Existem alguns hospitais que atendem à alta complexidade, e em alguns procedimentos então, em vez de receberem R$ 600,00 por internação, passam a ganhar, em média, R$ 1.200,00 por internação.

Então, alguns desses hospitais estão até com as contas em dia, mas duvido que passem de quatro ou cinco no estado de Santa Catarina. A grande maioria ou os 200 hospitais de Santa Catarina, todos eles, têm dificuldades ou não conseguem sobreviver com a receita, com aquilo que recebem, e a prova está aqui no estado de Santa Catarina.

Não vejo nesses hospitais públicos gastos excessivos, esbanjar material e muito menos pagar salários altos aos funcionários, tanto é que houve um movimento no ano passado, e hoje aprovamos na comissão. Daqui a pouco, certamente, vamos aprovar no plenário o projeto de lei do governador autorizando a gratificação de 50% para todos os funcionários da Saúde. Essa é a prova de que os salários deles já eram baixos.

Então, pagava-se pouco, economizava-se material. E inúmeras reportagens dizem da falta de material no centro cirúrgico e em algumas alas do hospital, justamente pela restrição do material. Com tudo isso, e ainda assim, aquilo que os hospitais de Santa Catarina gastaram corresponde quatro vezes ao que o governo federal pagou pela internação.

É lógico que todos os hospitais de Santa Catarina, todos os hospitais do Brasil, estão em dificuldade, a não ser com raríssimas exceções conseguem fazer algum movimento que emocione muita gente. E com isso pagam mais um imposto. E já se paga tantos impostos, ou seja, 40% daquilo que compramos praticamente, mas muitas vezes se paga mais um pouco na hora da emoção. Então, alguns hospitais sobrevivem à custa de alguma doação, de alguma benevolência.

Por isso, não é questão de gestão. Precisamos primar pela boa gestão, sim, mas a escusa que é falta de gestão, que é problema de gestão, não é. Duvido que algum desses 200 hospitais de Santa Catarina, também os mais de quatro mil, cinco mil hospitais do Brasil, tivesse descoberto uma maneira de conseguir administrar um hospital com aqueles parcos recursos, porque é impossível mesmo.

Por isso, parabenizo o deputado Volnei Morastoni, todos os deputados que estão envolvidos nessa questão, nesse movimento de aumentar a destinação de 10% do orçamento da união para a Saúde, para melhorar todos os procedimentos da Saúde para a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha neste plenário e aqueles que nos acompanham pela TVAL e Rádio Digital, ontem falei nesta tribuna um pouco em relação à viagem que participei, na semana passada, representando a Assembleia Legislativa, deputado Ismael dos Santos, na missão que foi feita com várias entidades técnicas no estado de Califórnia, na cidade de São Francisco, sobre um problema muito sério no Brasil e no mundo no que ser refere ao lixo, o que fazer com o lixo, como tratar, como fazer a destinação, a reciclagem, a compostagem.

Esse é um tema que quero trazer aqui para discussão nesta Casa, bem como para que possamos ter uma consciência diferente em relação a essa questão da produção do lixo. Cada vez mais temos lixo a ser produzido. Uma das coisas que é bem caseira nosso, e todo mundo sabe, é que antigamente tínhamos três tipos de shampoo, um para cabelo seco, outro para cabelo oleoso e outro para cabelo normal. Eram três tipos, e tínhamos que usar um deles. Hoje, tem o shampoo da mulher, do filho, do marido. E por que estou falando disso? Porque cada tipo de shampoo vai gerar um lixo, vai gerar a logística da embalagem, do produto que não é só o que está dentro, mas principalmente na embalagem, ou seja, produzimos muito lixo e não estamos sabemos como tratar desse assunto.

Ontem, mostrei uma prestação de contas da minha viagem. O que os Estados Unidos estão fazendo em relação à Califórnia, principalmente, em relação ao lixo eletrônico, às televisões, aos tubos de imagem, aos computadores, às impressoras, projetores, celulares, baterias, ou seja, essa produção de lixo eletrônico... O que eles estão fazendo? Ontem rodei e está à disposição no *site* esse vídeo.

Hoje, quero que a assessoria rode esse vídeo sobre um dos relatórios que fiz quando fomos visitar uma usina de lixo, reciclagem e compostagem, em que eles transformam o lixo orgânico em adubo e gás metano.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Bom, fiz essas imagens com o celular, para ver como eles estão trabalhando a questão do lixo. Estamos perdendo muito. Tudo é levado para os aterros sanitários ou lixões. Muita coisa não precisava ir para o meio ambiente e poderia dar muito dinheiro inclusive para as cooperativas e as pessoas que estão precisando fazer esse tipo de reciclagem.

O que mais me chamou atenção foi entender que aqui, no Brasil, estamos com a concepção da separação. Quando falamos em reciclagem, a preocupação é apenas com a separação. O problema é para onde vai o lixo depois de feita a separação. Qual o destino? Vai para o lixão. A consciência do americano com relação à produção do lixo não é a separação, pois ela já está incluída na cultura deles. Para cada lixo produzido é feita a pergunta: para onde vai isso? E há apenas três lugares, a reciclagem, a compostagem, que vimos na filmagem, onde se produz o gás metano e o adubo, ou então o aterro.

A Califórnia é considerada hoje um dos estados americanos mais verdes dos Estados Unidos, e São Francisco é a cidade mais verde, onde várias empresas já estão incluídas no Programa Lixo Zero.

Srs. deputados, hoje apresentei à Mesa Diretora um projeto no sentido de que esta Assembleia Legislativa adapte-se ao Programa Lixo Zero. E isso significa não deixar nada ir para o aterro sanitário, mas para a compostagem ou reciclagem.

Amanhã vou trazer um copo, um garfo, uma faca e uma colher feitos de milho, raízes e ervas. E existe no Brasil essa tecnologia de fazer os produtos descartáveis com ervas, milho e raízes, então, por que não a estamos empregando? Assim sendo, trarei esse assunto sempre à tribuna para que pensemos sobre o lixo que produzimos.

Quanto ao restante do relatório, está no *site* e pode ser visto por todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, gostaria de me reportar aos servidores públicos da Saúde.

A comissão de Justiça aprovou por unanimidade a gratificação para a Saúde, pois foi um acordo entre o sindicato e o governo

Raimundo Colombo. A importância dessa gratificação é porque os nossos funcionários, as pessoas que trabalham em hospitais, devem ser, sim, bem remuneradas.

Temos que dar um salário digno para as pessoas porque quem ganha realmente são os nossos pacientes, aquelas pessoas que precisam de atendimento de saúde. E elas precisam ser beneficiadas com um atendimento humano, de competência.

Temos a certeza de que essa é mais uma etapa que está sendo vencida e que a continuidade desse atendimento médico pelos funcionários da Saúde do estado será muito bem encaminhada pelo sindicato que fez um trabalho muito bom. Teve a sua greve, teve a conversa com o governo do estado e está tendo o cumprimento do acordo que foi feito entre o sindicato e o governo.

O segundo item que trago a esta tribuna é a importante reunião realizada no gabinete do governador Raimundo Colombo, ontem, à tarde, juntamente com deputado federal Paulinho Bornhausen, com a liberação de R$ 40 milhões para tratarmos do lançamento de dez centros de inovação. Quando participamos junto com Raimundo Colombo e Paulinho Bornhausen, há dois anos, de uma viagem para a Europa, mais precisamente para Barcelona, estivemos visitamos as universidades da Catalunha, as universidades da Espanha, e conseguimos ter a idéia da inovação, uma inovação comprometida com o conhecimento, com a competência e com o *marketing*. Por isso, a inteligência em chamarmos as universidades, o prefeito, os reitores, que darão sabedoria a esse Centro de Inovação, juntamente com os prefeitos das dez maiores cidades de Santa Catarina - Blumenau, São Bento do Sul, Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Joaçaba, Lages, Criciúma e Florianópolis.

Com esse lançamento de R$ 40 milhões, faremos com que os profissionais tenham a oportunidade de gerar emprego na indústria, no comércio. E a mão de obra que será disponibilizada nessas empresas trará o bem-estar social aos nossos trabalhadores, aos nossos familiares e à juventude. Portanto, temos a certeza de que é um importante programa do estado catarinense.

Quero falar também da visita do governador Raimundo Colombo à cidade de Mafra, na semana passada, inaugurando escolas. E a educação será premiada no referido município, pois vimos a competência do governo em realizar uma obra com qualidade para que os nossos alunos e professores tenham condições de exercer a educação na sua plenitude.

Ao mesmo tempo, quero anunciar a visita do governador Raimundo Colombo ao município de Canoinhas e Major Vieira, no planalto norte, mais precisamente na sexta-feira. Temos a certeza de que a visita do governador no referido município nos enche de orgulho, até por sabermos que o planalto norte também não está sendo esquecido. E as ações que serão desenvolvidas no planalto norte têm o respaldo do nosso governador Raimundo Colombo, bem como do secretário Ricardo Pereira Martins, do prefeito Beto Farias e do vice-prefeito Vilson Pereira. E os vereadores que fazem parte da coligação no município de Canoinhas estão preparados para receber o nosso governador.

Também quero dizer aos catarinenses que a nossa Saúde vai, sim, muito bem lá em Canoinhas, mas em outros municípios existem problemas. E a Saúde depende, sim, do secretário Dalmo Claro de Oliveira que deve e tem o compromisso com a bancada do PMDB, pois participou do almoço de ontem na bancada, sendo que os deputados não ficaram satisfeitos com a proposta do referido secretário aos deputados do PMDB.

Digo a vocês que aqui, nesta Casa, trabalhamos para que as leis sejam aperfeiçoadas. E queremos que as mesmas façam, sim, parte de um conjunto na sociedade e que esta seja a grande beneficiada.

Temos a certeza, nós deputados da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, do trabalho feito, bem como estamos fazendo com que as comissões funcionem e que as leis sejam aprovadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Inscrita a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a Assembleia Legislativa se dispõe a intermediar a discussão que já faz alguns passos na esfera judicial. E ontem tivemos a presença de um funcionário da Funai para acompanhar o andamento dessa comissão, que em tese viria entre hoje ou amanhã para Florianópolis.

Portanto, a Assembleia Legislativa vai participar dessa discussão. E queremos fazer esse debate lá na comunidade também, porque sabemos da dificuldade que é trazer esse debate aqui. Portanto, vou renovar o pedido perante a comissão de Direitos Humanos para que possamos fazer uma nova rodada de debates na comunidade, para facilitar a presença de todos os interessados.

Ontem sentimos falta de alguns atores que têm protagonizado bastante esse debate. Eles não estavam conosco, e a Assembleia Legislativa precisa ouvi-los também.

Então, quero deixar aqui o meu registro da disposição das duas comissões de acompanhar esse debate, de não se furtar da intermediação necessária para que resolvamos esse conflito da forma mais pacífica possível.

Srs. deputados, eu tinha me programado na tarde de hoje para debater o projeto de lei que trata da gratificação dos servidores da Saúde. Essa votação está prevista para o dia de hoje, nesta Casa. E na comissão de Finanças e de Trabalho tivemos a oportunidade de com todas as comissões de mérito e a comissão de Constituição e Justiça tratarmos do tema.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas. A primeira delas é que essa gratificação que obviamente está distante do que é preciso para poder recompor o salário dos trabalhadores da Saúde vem num momento que, dada a gravidade da situação funcional desses trabalhadores, alivia. Tanto alivia que o sindicato esteve presente conosco no dia de hoje, durante toda a manhã, referendando a disposição de votar pelo projeto sem fazer emenda, embora o projeto tenha uma série de dificuldades.

Então, nesse sentido houve uma benéfica composição entre os trabalhadores da Saúde e o governo que se prontificou a mandar o projeto para cá. E quero saudar o governador Raimundo Colombo pela presteza em assim fazer, mas obviamente também pontuando algumas questões que para nós são mais importantes ainda do que o projeto.

A primeira delas é que se o governo tinha lastro econômico, portanto, condições financeiras, de arcar com essa gratificação, ele não deveria submeter a categoria a tantos dias de greve. A quem interessa dias e mais dias de greve na Saúde? Certamente não aos servidores. Sou servidora pública, fui dirigente sindical no Judiciário Federal e sei a dificuldade que é fazer greve, como é difícil fazer greve. Então, não interessou aos servidores e não interessa ao povo catarinense que durante muitos dias teve dificultado, sobremaneira, o seu já difícil acesso à saúde em Santa Catarina.

Portanto, se o governo tinha condições de dar esse aumento que deu, precisava tê-lo feito sem a greve, em discussão com a categoria, no que quisesse capitalizar politicamente, sem problema, mas não precisava submeter o estado a tantos dias de greve para finalmente chegar ao que sempre dizem que era preciso e possível chegar e que o governo sempre dizia que não era possível.

Mas considero o apontamento mais importante que há mais de uma década o estado de Santa Catarina tem vivido uma política salarial para os seus servidores de privilegiar pequenos grupos, hora porque são grupos, categorias específicas, dentro do serviço público estadual, que têm mais intimidade com o poder político e hora porque são categorias que enfrentam uma grande luta, e nessa luta conseguem algum reajuste como foi o caso dos professores. Agora, é o caso dos trabalhadores da Saúde, e obviamente outras categorias vão se mobilizar.

Chamamos os trabalhadores para a greve à hora em que só damos reajuste na base da greve. Acabou a greve, e falo isso especialmente para a base do governo. Então, é o momento de chamar os sindicatos das categorias e propormos de verdade uma política salarial para o servidor público no estado de Santa Catarina.

Nós temos gente ganhando muito bem. Mas temos trabalhadores na Educação, na Saúde, na Segurança que ganham muito mal, mas muito mal, portanto, precisamos de ajuda, e não é desejo nosso esperar uma greve, esperar a categoria se organizar para depois discutir reajuste. Vamos discutir política salarial para o servidor público para valer. Gratificação não é política salarial, gratificação não é vamos dar uma arrumadinha aqui para depois ver como vai ficar lá frente. Eu retomo esse debate...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje, porque quero entrar em dois temas específicos, sr. presidente, muito pertinentes à nossa função pública.

O tema que não se esgota são as dificuldades do serviço público de Saúde. Inclusive, tenho aqui, sr. presidente, o jornal *Diário Catarinense,* de terça-feira, 19 de março, e a opinião da empresa diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Temos déficit históricos em saúde pública, muitos dos quais vem se agravando nos últimos anos, em decorrência não só da falta de recursos financeiros, mas também da irracionalidade administrativa e corrupção."

Já foi secretário municipal da Saúde, já tive a alegria de ocupar a secretaria de estado da Saúde e confesso a v.exa., deputado Jailson Lima, que é médico, que já foi prefeito, que é um dos grandes lutadores do serviço público de saúde pública deste país, que hoje não sinto aquela inveja saudável da função do

secretário Dalmo Claro de Oliveira. Confesso que não queria estar no lugar dele hoje como secretário de estado da Saúde. E não estou defendendo o secretário Dalmo, mas acredito que do jeito que está hoje a situação econômica do país, a ditadura econômica pública do país, não vai sobreviver a secretaria municipal da Saúde, não vai sobreviver a secretaria de estado da Saúde, não irão sobreviver os municípios e os estados.

Srs. deputados, volto a frisar que o meu debate não é apontar dedo para ninguém. O meu debate é em cima de um vício cultural histórico que este país tem, de muitos e muitos anos de concentração de renda e poder em Brasília. Mas o que mais me chamou atenção nesse editorial, deputado Jailson Lima, é que pela primeira vez que entro num debate desses vejo alguém chamar atenção pelo subfinanciamento da saúde pública.

Falava-se muito em gestão, parecia que todos que estavam lá eram incompetentes, que nenhum tinha condições para gerir. Mas gerir o quê, numa casa falida? Uma casa com doentes, que precisa de ampliação, reformas, construções e acima de tudo se manter, se não há recursos sequer para a dignidade salarial dos funcionários, como bem falou a deputada Angela Albino.

Então, é muito fácil falar em gestão, falar em corrupção, mas ninguém fala no subfinanciamento ao qual a saúde pública ou os estados e os municípios hoje estão expostos.

Por isso, deputado Neodi Saretta, v.exa. que tem o Hospital São Francisco, se não me engano, em Concórdia, que muita dificuldade passou, mas que está bravamente lutando, que está em pé com o apoio de toda a comunidade, e sei que o estado também fez a sua parte, não dá mais para fazer de conta que a Saúde é assim mesmo ou é um sumidouro. Nós devemos atentar para a necessidade de novos recursos para a saúde pública, e não me preocupo com investimentos em áreas físicas, mas sim com investimentos na manutenção do dia a dia de um hospital.

Quando se fala em crise na saúde pública, hoje é uma crise localizada, é uma crise hospitalar, é a falta de atendimento na área hospitalar, na área de exames, e isso foge da vontade do gestor municipal, foge da vontade do gestor estadual, porque quem está subfinanciada é a tabela do SUS. Este, sim, é o grande debate que sempre tenho trazido a esta Casa.

Por que o cidadão de Santa Catarina vale R$ 130,00 para o SUS e o cidadão do Rio Grande do Sul vale R$ 190,00? Este é o debate que temos que trazer para esta Casa: o porquê dessa discrepância, o porquê dessa diferença.

Se há uma série histórica reconhecida erroneamente, ela tem que ser corrigida, porque do jeito que está virão secretário A, secretário B e secretário C e os hospitais vão continuar fechando.

Na nossa região - o deputado Volnei Morastoni é testemunha, juntamente comigo, disso - vários embates foram feitos sobre as dificuldades que temos de manter os hospitais abertos. É o hospital de Balneário Camboriú, é o hospital de Tijucas, agora o hospital Pequeno Anjo, de Itajaí, da Univali, e vão passar secretários e os hospitais vão fechar.

Não adianta apontar o dedo para o gestor municipal ou até para o gestor estadual, porque é questão de subfinanciamento das AIHs hospitalares, da tabela do SUS, que não se encontra mais profissionais que queiram trabalhar pelo SUS neste país! Há deputados médicos nesta Casa que sabem do que estou falando. Os médicos não querem mais trabalhar e não vão trabalhar mais.

Não podemos contratar um serviço a R$ 400,00 se ele custa na prática R$ 1.000 mil. Quem é que vai pagar a diferença dessa conta? Colocar na conta do estado não dá mais. Num hospital como o nosso, um instituto de Cardiologia, tem um custo mensal de R$ 6 milhões, em que o estado entra com R$ 5 milhões, quem tem a responsabilidade da renovação da tabela do SUS?

Por isso, srs. deputados, trago esse assunto porque pela primeira vez vejo um editorial em que se fala de subfinanciamento público, da questão da saúde. Fala-se muito em corrupção, em gestão, mas trouxeram à tona o subfinanciamento.

Tenho sempre dito aqui que nunca levei esse discurso adiante porque dá a entender de que trabalhei em uma época que havia muitos recursos. Não é verdade. Hoje, não sinto inveja de ninguém em ocupar um cargo público. Além das dificuldades do subfinanciamento, há outras questões que nos colocam muitas vezes em situações de constrangimento, situações delicadas.

Mas, srs. deputadas e sras. deputadas, quero trazer também um tema e um debate a esta Casa. Não estou aqui para defender a colega deputada Ada De Lucca nem tenho procuração para isso, e não sou do seu partido, mas tenho um profundo respeito pela coragem que teve e pela coragem que tem de ocupar uma função tão delicada, tão emblemática como a secretaria da Justiça.

No jornal *O Globo*, srs. deputados, está o seguinte em uma matéria - não tenho a data aqui, mas faz mais ou menos dez dias: "Rio é o estado do país onde os presidiários menos trabalham." Para a nossa alegria, Santa Catarina é o estado em que os presidiários mais trabalham. Claro que isso é fruto não apenas de uma gestão, mas de uma determinação, de uma vontade, de uma continuidade, a fim de podermos fazer a tão falada ressocialização da massa carcerária deste país, e não acredito de outra maneira se for desse jeito.

Passamos também, srs. deputados, por um período delicado, difícil, em que enfrentamos uma verdadeira guerrilha urbana e muito se foi falado. Mas temos que reconhecer o trabalho da secretaria da Segurança junto com a secretaria da Justiça e Cidadania, que hoje estão demonstrando que tiveram a coragem de enfrentar, não empurrando para debaixo do tapete o problema que apareceu. Muito pelo contrário, junto com a união, junto com a força nacional deram uma resposta às dificuldades, aos anseios e às angústias da sociedade em relação ao combate ao crime organizado. Quem não se assustou com aquilo? Quem alguma vez se deparou com aquilo, uma situação totalmente inusitada e nova? E de que maneira agir? E hoje está demonstrado que o estado e a união souberam, sim, fazer esse trabalho.

Por isso, quero trazer a esta tribuna também o trabalho que está sendo feito pela secretaria de Justiça e Cidadania, comandada pela secretária Ada De Luca e pelo secretário Grubba. Muitas vezes criticamos, e sabemos criticar, e criticamos para valer, porque a nossa função também é cobrar do governo aquilo que não está indo bem, mas também temos que reconhecer quando funciona. E quero fazer esse parêntese sobre a secretaria da Justiça, principalmente com relação à ressocialização dos presos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero parabenizar o amadurecimento no encaminhamento do projeto que deu entrada nesta Casa, que trata da gratificação dos servidores públicos estaduais da Saúde.

Acompanhamos todos os encaminhamentos feitos no ano passado, em decorrência da paralisação dos servidores da Saúde, e percebemos que naquele momento, não por vontade do nosso secretário Dalmo ou do nosso governador do estado, mas naquela época o estado catarinense não tinha as condições financeiras necessárias para atender à vontade dos nossos servidores.

Naquele momento também foi assumido um compromisso deste governo de no início deste ano de 2013 encaminhar para esta Casa um projeto de lei para tentar readequar aquela situação, fato este que ocorreu esta semana e que teve o amadurecimento e os encaminhamentos, numa sintonia bem fina do sindicato dos servidores da Saúde do estado com o governo do estado, através da secretaria. E essa sintonia facilitou também nesta Casa a tramitação desse projeto em todas as comissões, tanto é que o projeto deu entrada ontem e acredito que agora à tarde já será colocado em votação, o mais tardar amanhã, para que o governo possa fazer o devido ajuste na folha de pagamento ainda deste mês de abril.

Então, é muito bom quando o diálogo acontece, quando as pessoas têm a hombridade de sentar e conversar na mesma mesa e fazer um encaminhamento sem as paixões ideológicas e políticas, mas, sim, com o pensamento único e exclusivo de atender às pessoas que estão em casa e que precisam que o estado dê uma resposta no momento de uma enfermidade. Então, parabéns ao sindicato e à secretaria da Saúde pelo amadurecimento com relação a essa questão.

Quero também fazer algumas considerações, tendo em vista as faixas que li há pouco, quando adentrei ao plenário desta Casa, que se referem à situação do DNIT, Funai, ONGs, agricultores, pescadores e indígenas. E falo com um pouco de conhecimento de causa, porque vivi uma situação idêntica à que está acontecendo no Morro dos Cavalos, quando fui prefeito, no município de Cunha Porã, que faz divisa com o município de Saudades.

Ainda em 2000, no afã da campanha política, adentraram àquele município algumas famílias de índios que estavam residindo em Nonoai, Rio Grande do Sul, comandadas pela Funai e pelo Cimi, sob a alegação de que lá naquele interior dos dois municípios existia um aldeamento indígena, datado de antes do advento da Constituição Federal de 1988.

Fato este que não se confirmou frente aos estudos que fizemos e frente à organização que conseguimos montar naquele município para defender os nossos agricultores, porque, na verdade, quando falamos em defender os agricultores e os pescadores, percebemos que não temos uma entidade constituída que possa dar suporte financeiro a essas duas categoriais e, acima de tudo, que possa dar suporte técnico, sem custos para essas famílias, para que eles possam fazer a sua defesa. E no momento em que eles tiverem que defender a sua propriedade, muitas delas datadas e escrituradas ainda de 1920, esses agricultores ficaram desesperados. Então, lá criamos uma alternativa, através de uma ONG chamada DPD, que conseguiu arrecadar

recursos da comunidade, dos municípios e assim contratar advogado e antropólogos que fizessem uma defesa para que eles pudessem permanecer residindo naqueles dois municípios.

É claro que nesse caso os municípios que entraram como parceiros entenderam que não se pode tentar reparar uma injustiça cometendo outra. E aí conseguimos fazer com que aqueles agricultores pudessem continuar nas suas propriedades produzindo riquezas para esses municípios, mas acima de tudo mantendo o sonho de continuar residindo no interior desses dois municípios.

Senhores, aqui, agora, materializa-se muitas das bandeiras que, à época, defendemos quando prefeito. Ou seja, até onde vai a boa intenção da Funai? Porque quando vemos a vida, a forma como vivem os nossos índios brasileiros, percebemos que a Funai está muito longe daquele papel constitucional para o qual foi criada, foi fundada, que era atender a esses povos indígenas e dar a eles saúde, educação e condições de socializá-los ou ressocializá-los. Esse é o grande objetivo da Funai que, desde o advento da Constituição Federal, lançou-se com uma fome enorme de conquista de terras, de ampliação de reservas, de aldeamentos, de constituição de novos aldeamentos, e sabemos muito bem que na maioria das vezes não é bem essa a vontade dos índios. Eles querem apenas paz, viver em propriedades já anteriormente habitadas por eles e, muitas vezes, não concordam com diversas atitudes da Funai, que se fecha numa sala, entre quatro paredes, e não permite o questionamento de algumas de suas atividades. E aí enfrentamos problemas como esse no Morro dos Cavalos, onde temos um conflito envolvendo o DNIT, a Funai e algumas ONGs, como o Cimi.

Como é que vamos resolver esse problema? Acredito que somente na esfera judicial, mas lá em Brasília temos observado alguns encaminhamentos, principalmente feitos pelo nosso ex-governador do estado de Santa Catarina, hoje senador Luiz Henrique da Silveira, que tem conhecimento de toda a situação do estado, que viveu juntamente comigo a situação dos municípios de Cunha Porã e Saudades e sabe onde está a boa e a má intenção nesses processos demarcatórios que envolvem o nosso estado.

Aqui ninguém é contra índio. Aqui neste Parlamento não temos nenhum deputado, dentre os 40, contrário aos nossos índios. O que há, sim, são deputados com posicionamento forte frente a algumas atitudes que a Funai vem adotando, que não correspondem com a vontade das pessoas que vivem aqui em Santa Catarina, que é viver em harmonia.

É preciso viver em harmonia, dar condições aos índios, mas também olhar com todo carinho para a situação em que vivem os agricultores e os nossos pescadores. E o senador Luiz Henrique da Silveira tem defendido uma tese de que há muito tempo já defendíamos, de que o Congresso Nacional precisa obrigatoriamente se manifestar nesses processos demarcatórios.

O Congresso Nacional responde por este país e não é justo que uma entidade única e exclusivamente de forma parcial consiga decidir os rumos das vidas dos agricultores, dos pescadores e dos índios.

Nós precisamos de um juiz que seja imparcial para conduzir esse processo todo. E o Congresso Nacional, por representar todos os cantos deste país, por representar as mais diversas formas de se viver, tanto no norte, no nordeste, quanto aqui no sul e no centro-oeste do país, tem todas as características e a capacidade de poder decidir com imparcialidade, encontrar o melhor termo, se dispor das paixões que motivam muitas entidades a fazer a defesa de algumas classes, e muitas delas até entidades religiosas, e buscar aquele meio termo, que é a vontade que todo mundo espera.

Por isso que o Congresso Nacional precisa, urgentemente, rever essa legislação e permitir que possamos restabelecer a paz social em muitos municípios do estado de Santa Catarina, e que não é diferente em outros municípios da nossa nação, porque lá naqueles dois municípios pequenos - um tem 11 mil habitantes e o outro, se não me falha a memória, deve ter oito mil habitantes - os agricultores estão desesperados e os filhos desses agricultores não sabem mais qual é o rumo que eles devem tomar, porque todas as riquezas das suas famílias, que são pequenas propriedades... E essas riquezas, que não são de grande monta, estão concentradas no interior daqueles municípios. E esses filhos não sabem se eles vão poder continuar produzindo alimentos para o nosso estado e para o nosso país. Eles não sabem se podem projetar um sonho para que no futuro possam continuar vivendo lá com os seus familiares. E os prefeitos desses municípios, também de uma forma direta, acabam perdendo o rumo frente a essa situação, porque também já não sabem o que dizer para esses agricultores.

Encontramos uma alternativa no momento, que é o estado adquirir uma área em outro local, uma área que tenha as características necessárias para o desenvolvimento das tribos indígenas que lá desejam se estabelecer. Mas esse projeto até agora não teve um encaminhamento, até porque dependemos de recurso financeiro de Brasília, e que até então está sendo aguardado pelo governo do estado de Santa Catarina. E o governo também já manifestou a vontade de tão logo esse recurso adentrar nos cofres públicos do estado fazer esse encaminhamento para colocar aqueles índios que estão ocupando uma aldeia Xinbang, no município de Chapecó - e são índios Guaranis que, no meu entender e nos levantamentos feitos em Cunha Porã e Saudades, vieram do município de Nonoai, no Rio Grande do Sul -, em outro território no estado catarinense e resolver esse problema social não digo em definitivo, mas pelo menos até a Justiça se manifestar frente a essa situação em específico.

O governo catarinense, dias atrás, esteve no município de Pinhalzinho e manifestou-se nesse sentido, colocando a máquina administrativa do estado à disposição para que tão logo aconteça o repasse financeiro vindo de Brasília possa fazer a aquisição dessa área, desde que haja um acordo firmado com a Funai de que os índios ocupem essa área nova adquirida pelo governo do estado catarinense. Essa foi uma alternativa que se encontrou naquele momento para não prejudicar ainda mais as famílias que lá vivem, que ultrapassam a casa das 180 famílias, todas elas vivendo em 10, 12, 15, 20, 25 hectares - o máximo que chega são 40 hectares de terra.

Então, são pequenas propriedades que representam muito na economia desses dois municípios, porque lá no interior existe a maior concentração de vacas de leite, de aviários, de chiqueirões, além de uma área muito produtiva em grãos.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Mauro de Nadal, esqueci-me de falar no meu pronunciamento, e vou contar com a sua generosidade para utilizar esses últimos 30 segundos, que parte das queixas de ontem era a dificuldade de acesso a informações. E um dos encaminhamentos que tomamos em gabinete, ontem à tarde, e vou pedir que v.exa. também subscreva, porque estava conosco na reunião, foi de que com base na Lei de Informação podemos pedir, com o requerimento aprovado nesta Casa, que tenhamos nesta Casa acesso na íntegra do processo demarcatório, para assim poder fornecer à comunidade.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Só para concluir, sr. presidente, também estamos entrando com o pedido da criação da subcomissão, a pedido do nosso presidente deputado Joares Ponticelli, para que essa subcomissão, possa acompanhar todos esses processos envolvendo o estado de Santa Catarina e representar o nosso estado nas ações que forem desencadeadas lá em Brasília, tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo governo federal.

Então, quanto aos membros, a princípio, ficam esse deputado, o deputado Dirceu Dresch e o deputado Aldo Schneider.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Gostaria apenas, sr. presidente, com a compreensão do deputado Mauricio Eskudlark, quero registrar com alegria a presença dos nossos vereadores de Abelardo Luz, sr. Pedrinho Oliveira Nunes, sr. Antônio de Medeiros e sr. Carlos De Sennes Pinto. É um prazer tê-los aqui no Parlamento que é a Casa de todos. Eles estão aqui em busca de trabalho, de ações para o município de Abelardo Luz.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa da presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, pela segunda vez, a eminente vereadora Nilza, e da vice-presidente da Câmara de Vereadores de Itapema. Lá as mulheres como v.exas. podem ver estão mandando efetivamente. Sejam bem-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Aproveito o ensejo e dou as boas-vindas ao prefeito de Massaranduba, que se encontra nesta Casa, que, inclusive, hoje, almoçou com o deputado Darci de Matos. Os srs. vereadores que também vieram com a comitiva sejam todos sempre bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, também quero saudar as vereadoras do município de Itapema, a Zuma e a Nilce, nossas colegas e grandes representantes do Legislativo municipal, que fazem um brilhante trabalho.

Já saudei hoje e voltar a saudar o vereador Volmar Gandolfi, presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, que também está nesta Casa, e assim todos os políticos, prefeitos, vereadores que vêm à capital atrás de pleitos aos seus municípios. Eles passam pela Casa, pelos gabinetes dos

srs. deputados, em busca de apoio às suas reivindicações.

Ouvi atentamente a preocupação da deputada Angela Albino com a questão das greves da Saúde, da Educação, mas é de se registrar as dificuldades que o governador Raimundo Colombo enfrentou, inclusive, com a Resolução n. 0072, com as mudanças que o governo federal tem implementado, que entendemos saudáveis para o país, corrigindo as distorções entre os estados. Mas Santa Catarina, pelas suas peculiaridades, pela sua indústria, pela sua produção, acabou sendo um dos estados mais atingidos.

Então, o governador com muita preocupação, com muita cautela, precisou estudar todas as questões. E felizmente, para investimentos, o governo federal abriu várias portas para o estado de Santa Catarina, e estão muitos recursos chegando, para efeito de investimentos, o que traz uma compensação para o nosso estado.

Em termos de arrecadação mensal, as alterações de alíquotas de ICMS têm trazido grande preocupação. Então, o governo tinha essa preocupação, mas já debateu, e o secretário Gavazzoni foi muito feliz na negociação, primeiro, com a Saúde, depois com os professores, buscando, enfim, um entendimento, uma forma que, claro, nunca contenta a todos os servidores, mas que fica dentro daquilo que é possível que o estado tem para atender a essas categorias.

Conversamos com o secretário Gavazzoni há poucos dias, constantemente, e o próximo passo, sabemos, é a questão da Segurança Pública, uma categoria que também tem os seus pleitos, que solicita melhoria salarial. Mas estudos estão em andamento.

Temos na próxima sexta-feira uma eleição da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, Adepol. E o tema salarial é um dos que mais está em debate nessa questão da eleição. Mas claro que qualquer presidente que seja eleito, seja o delegado Renatão, atual presidente, que tem encaminhado os pleitos, seja o delegado Ulisses, candidato pela segunda chapa, os dois vão encaminhar, e o estado, independentemente de pessoas, de quem está na condução do processo, tem a preocupação em atender melhor às categorias. E assim será.

Sabemos que o próximo passo dessas negociações será com a Segurança como um todo, policiais civis, delegados, Polícia Militar, enfim, toda a estrutura da segurança pública.

Então, o governador Raimundo Colombo, o secretário Gavazzoni, têm tido essa preocupação e gradativamente vão conseguir melhorar as condições de cada categoria, de cada secretaria. Isso é importante que fique registrado.

Quero também aproveitar para manifestar a nossa solidariedade na questão dos moradores de Palhoça.

Temos que tomar muito cuidado, temos até um projeto de lei nesta Casa a respeito da questão dos bombeiros.

Tivemos uma catástrofe no Rio Grande do Sul, um problema muito grave, com a falta de fiscalização, que causou muitas vítimas, naquele incêndio ocorrido em Santa Maria. Então, veio para esta Casa um projeto de lei para disciplinar a atuação dos bombeiros na fiscalização. Essa atuação já existe, pois os bombeiros já tem o poder, mas, claro, agora buscando normatizar, ter uma lei estadual mais específica.

Essas leis que vêm para a Casa, seja para a Casa estadual, seja para o Congresso Nacional, têm que ter cuidado para não penalizar certas situações. E isso é na questão ambiental, na questão da Funai, os absurdos que são feitos, em prol de defesas, de interesses que são mais escusos do que declarados.

Então, não podemos fazer pesquisa, como bem aqui falou o deputado Mauro de Nadal, onde se buscou lá no interior de Cunha Porã restos de panela, de colher, de não sei o quê, onde moradores têm escritura há mais de 80 anos, e agora a Funai pleiteia uma área onde 190 agricultores, mais ou menos, estão estabelecidos, para dizer que é uma área indígena. É a mesma questão que encontramos no município de Palhoça. Mas infelizmente as autoridades federais têm sido coniventes, porque realmente há muita omissão, e os moradores acabam sendo penalizados com essa situação.

Então, precisamos, sim, que todos os políticos, que todas as lideranças se manifestem em defesa da comunidade, em defesa desses moradores. Normalmente é igual à saúde, mas só nos atinge quando atinge um parente, quando atinge um conhecido.

Vemos hoje a dificuldade, e as pessoas muitas vezes ficam pensando que está longe, que acontece com um pequeno grupo de moradores, mas não, é um problema muito grave que tem que ser resolvido, e precisamos do empenho de todas as autoridades, do Poder Legislativo, especialmente do Poder Executivo e também do Poder Judiciário na defesa desses interesses.

Não pode a Funai, a pretexto de defender terras indígenas, no caso de Cunha Porã, que é atípico, porque há muitos anos, quando se colonizava aquela área, veio um índio paraguaio, morou lá, deputado Darci de Matos, com a sua família, não como índio, mas como empregado de uma empresa colonizadora, nunca teve cultura indígena nenhuma naquele local, pois trabalhou como funcionário, e hoje, ele, paraguaio, casado com uma brasileira, é utilizado como testemunha de que ali havia uma comunidade indígena. Não havia uma comunidade indígena, pois 13% do território nacional são reservas indígenas. Então, temos terra.

Assim, temos que respeitar o direito de nossos indígenas, as suas culturas, a sua tradição dentro daquelas propriedades. Não se pode ainda penalizar mais a sociedade que investiu e que tem a defesa da sua propriedade. São pessoas com 80 anos de escritura, que hoje têm a sua propriedade questionada e ainda com uma indenização, só que não pode ser em cima das benfeitorias, porque não há indenização pela propriedade.

Então, entendemos que todos os direitos devem ser respeitados, sejam dos indígenas, sejam da comunidade local, mas que, sim, a união tem condições de atender a essa questão sem penalizar ainda mais a sociedade brasileira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark, pelo aparte.

Deputado, quero me referir a dois assuntos, se v.exa. me permitir neste seu discurso brilhante que levantou aqui vários temas fundamentais. Primeiro, em relação à questão de conflitos, deputado Nilson Gonçalves, Funai, agricultores, enfim.

Quero dizer que vivemos num país continental. Precisamos disciplinar a questão da demarcação das terras indígenas, deputado Maurício Eskudlark, deputado Nilson Gonçalves, presidente, e acredito muito no projeto de lei que remete a demarcação para o Congresso Nacional, porque hoje o terceiro escalão da Funai está demarcando áreas e muitas vezes injustamente.

Então, temos condições, sim, de com racionalidade, com organização, com bom senso, de proteger as comunidades indígenas que são importantes, que são fundamentais e que têm os seus direitos adquiridos. Também podemos e devemos proteger e garantir a propriedade dos nossos agricultores que estão há séculos em áreas produtivas, ajudando na economia de Santa Catarina e do Brasil.

Se me permitir, deputado Maurício Eskudlark, quero fazer rapidamente aqui a observação de que hoje vamos votar, deputado Nilson Gonçalves, a gratificação dos servidores da Saúde. Momento importante! E aí temos que parabenizar o sindicato que lutou, que reivindicou, que se organizou, e ao governador Raimundo Colombo, porque, mesmo caindo a arrecadação do governo, vivendo uma conjuntura difícil, concede essa gratificação aos especiais servidores da Saúde do estado de Santa Catarina, eis que a Resolução n. 013/2012, do governo federal, tirou R$ 600 milhões do caixa do governo deste ano, e a Resolução 001, que está em vias de ser aprovada, vai tirar a partir do ano que vem R$ 2 bilhões do caixa do estado de Santa Catarina.

Portanto, o cenário econômico inspira, requer, muita reflexão, e estamos nos preocupando com essa concentração da arrecadação em Brasília, que já se fala, na ordem 70%. Isso é um absurdo.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Acho muito importante, mas quero voltar a registrar, então, o nosso reconhecimento ao Serpa que conduziu as negociações, as tratativas com o governo federal. E agora o secretário Antônio Gavazzoni tem encontrado a solução para a discussão, o debate com a Saúde, com os professores, com a Educação, buscando uma solução, se não a ideal, pelo menos a melhor para todos os catarinenses, já que o governo do estado tem a responsabilidade para com todos os catarinenses e também a preocupação com os servidores, buscando o melhor possível para todas as categorias. E como falamos, todas as categorias têm sido atendidas, todos os seus temas têm sido debatidos. E assim será também com a Segurança Pública, que será mais uma etapa que o governo tem a tratar.

Então, o nosso reconhecimento. Quero parabenizar os servidores da Saúde, da Educação e da Segurança. E se o ideal não for encontrado, a busca pelo melhor possível procede.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os nobres deputados, a comunidade indígena presente, a comunidade dos moradores da região, dizendo que neste país com democracia e diálogo haveremos de chegar a um bom caminho nessa questão, tendo em vista que temos terras sobrando o suficiente para acomodar todo mundo. É só uma questão de diálogo, mas concordo que tem que haver mais competência da Funai e dos órgãos públicos, mesmo sendo um deputado do Partido dos Trabalhadores, reconhecendo muitas vezes equívocos que há por falta de um diálogo claro.

Mas uma das questões que quero registrar, deputada Ana Paula Lima, nossa

líder, é que a nossa grande presidente Dilma, ao efetivamente anunciar o ministério da Micro e Pequena Empresa, fazendo o convite ao PSD para ocupar oficialmente, através do vice-governador de São Paulo, Afif, completou no Brasil 39 ministérios. E vimos que a imprensa tem batido de forma contundente no excessivo número de ministérios, dizendo que isso produz uma ineficiência da gestão.

O Brasil é um país de 200 milhões de habitantes, com uma extensão territorial continental, um país que está prestes a assumir a quinta economia do mundo. Mas o interessante é que não vemos a imprensa, mesmo a de Santa Catarina que fez editorial sobre os números de ministérios, falar sobre a quantidade de secretarias que tem neste estado. E o conjunto de cabide de empregos que está nesse guarda-roupas, deputado Kennedy, v.exa. que já fez aqui um pronunciamento sobre isso dizendo que tem uma arara para acomodar cabides de emprego.

Resolvi dar uma levantada no que é considerado secretarias, porque temos secretarias com *status* de ministério, como é a secretaria da Pesca, que tem a nossa ministra Ideli Salvatti. E o estado tem ao todo 36 secretarias regionais.

Tenho que parabenizar o prefeito de Joinville que de cara cortou pela metade, se não me engano, deputado Kennedy Nunes. Mas ao todo o estado de Santa Catarina tem 63 secretarias de governo, e não vemos a imprensa bater ou ter o discurso e a escrita crítica a respeito disso.

Nesta quinta-feira, e aproveitamos para refazer o convite feito pela deputada Ana Paula Lima, estará aqui o presidente do BNDS, assinando o maior contrato de financiamento, a perder de vista, do BNDS, na ordem de R$ 3 bilhões para investimentos no estado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, realmente são 63 secretarias no governo do estado de Santa Catarina, e hoje mesmo recebemos vários vereadores, prefeitos de municípios deste estado, que vieram ao Parlamento depois de irem à secretaria de Desenvolvimento Regional próxima e não resolverem o encaminhamento. Ou seja, as secretarias de Desenvolvimento Regional apenas servem para fazer papel para os secretários que estão aqui na Capital do estado. Sem falar nos recursos que o governo gasta para manter esse cabide de empregos nas 36 secretarias, em vez de resolver o problema da ambulancioterapia, e as pessoas poderiam estar sendo tratadas nos seus municípios, da Educação, das várias escolas depredadas. Quer dizer, comparar os ministérios da presidenta Dilma, que tem a intenção de resolver o grande problema do Brasil, com as 63 secretarias que tem o governo do estado é lamentável.

Pensei que o atual governador que tanto criticava o antigo governador iria reduzir pela metade, mas o que ele está fazendo é aumentar o número delas cada vez mais. Deve ser por causa das eleições no ano que vem, para acomodar os cabos eleitorais.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Ao mesmo tempo é importante fazer o registro do reclame de alguns prefeitos. Há secretarias que estão sendo assumidas por ex-prefeitos, lideranças ou outros que não se elegeram, produzindo um comportamento que não é republicano com os prefeitos que ganharam a eleição e foram oposição.

É importante termos clareza do papel do Executivo. Nós que fomos prefeitos precisamos procurar solucionar as demandas que existem. E nessas secretarias, em muitos casos, vemos certa situação de aconchego para os amigos. Vemos em muitas secretarias regionais acomodações daqueles que por comprometimento político ocupam esses espaços. Então, fica aqui a nossa observação comparativa entre o número de ministérios que há no Brasil, com a presidenta Dilma, e o número de secretarias que há no estado.

Também quero aqui ressaltar que assim como será feita a assinatura desse financiamento de R$ 3 bilhões, na quinta-feira, no Teatro Álvaro Carvalho, no ano passado já houve um financiamento do BNDS em condições similares, da ordem de R$ 7,19 milhões para Santa Catarina, recursos para serem investidos na área de infraestrutura, saúde, educação e inovação, a exemplo do Projeto Inova Santa Catarina, a exemplo do Inova Brasil lançado pela presidente Dilma. E, deputado Gelson Merisio, presidente do PSD de Santa Catarina, estaremos juntos em Brasília para a posse do nosso amigo Afif no ministério da Micro e Pequena Empresa, que, diga-se de passagem, vai contribuir muito com o governo federal.

Então, é Lulinha e Dilminha de um lado e Afif e Colombo de outro, na base nacional. Mas aqui vamos manter a nossa postura crítica com relação a esse conjunto de secretarias do estado. Há inoperância efetiva delas, falta de meritocracia na resolutividade de atendimentos nessas secretarias, porque há muito que fazer. E no que tange as ações do governo federal para Santa Catarina, entendemos e temos a clareza de que a parceria que está sendo feita entre o governo federal e o estado catarinense, como dizia o presidente Lula, na história deste país e deste estado nunca houve tamanha parceria com Santa Catarina.

Então, são quebras de paradigmas; por isso, como deputado do Partido dos Trabalhadores estamos aqui tranquilamente para mostrar que o que se faz neste país tem sido feito de forma racional, do ponto de vista gestão macro. E esse ministério não representa em nenhuma hipótese custo operacional da gestão, mas, principalmente, agilizará caminhos efetivos para o atendimento da micro e pequena empresa brasileira, que agora, sim, terá um canal específico para discutir as políticas públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que prestigiam esta sessão, mais uma vez provando de que realmente era “uma lei muito engraçada, tirava terra e tirava casa”, quando não tira a vida do seu dono, seu proprietário, por morte do coração, de sentimento de não poder ficar lá dando continuidade à tradição da família, com 50 anos, 60 anos, até com 100 anos em cima da terra. E de repente surge um espírito de porco e quer tomar o que é deles.

Por outro lado, vejo pessoas que residem há tempo e que reconhecem o quanto é importante viver em harmonia. Os silvícolas de origem, mestiços também, reconhecem o quanto é importante respeitar, primeira coisa, o direito à propriedade.

Se falta terra para os índios, o governo é responsável e não é de agora. Por isso, falo com muita propriedade, sr. presidente, porque nasci lá em Getúlio Vargas e lá bem próximo tinha uma área para os índios. Já naquela época o responsável usava um terno branco, sapato branco, um jipe 1951 e vendia toda a madeira da reserva clandestinamente para alguns madeireiros de mau caráter. Vejam bem! Lá pela década de 50. E muitas vezes os índios eram maltratados.

Tínhamos índios que fugiam da reserva para prestar o seu serviço braçal junto aos colonos, onde trabalhavam por empreitadas, recebendo moradia e comida. Quando o chefe descobria, ia lá a tal da Funai ou outro órgão multar o colono e prender o índio que tinha ido trabalhar para buscar um dinheirinho para a sua família.

Então, conheço isso de há muitos anos. Tenho 67 anos. E eu tinha 14 anos ou 15 anos quando presenciei isso. Lá também tentaram tirar terras de colonos, mas felizmente não tiveram sorte, porque os índios diziam que a terra que tinham era suficiente para a sua subsistência. Eles queriam apenas que o chefe os deixassem trabalhar e parasse de roubar o seu produto, aquilo que a natureza lhes deu, vendendo para enriquecer meia dúzia de mandatários.

Que pena que não tenho mais a revista *Cruzeiro* guardada onde trazia várias reportagens a respeito disso.

O meu pai era vereador em Getúlio Vargas, srs. deputados e sras. deputadas, e ele acompanhava isso com carinho, porque ele cansou de dar emprego para índio que ia lá pedir para, pelo amor de Deus, trabalhar por dia para receber roupa e comida.

Então, isso machuca. Agora, em plena modernidade, no ano de 2013, vem a Funai. Quem é a Funai? Eu gostaria que o governo federal, que é o grande responsável, dissesse que Funai é essa? Lá ninguém manda e ninguém obedece, deputada Ana Paula Lima. É uma pouca vergonha uma entidade dessas, que não conhece a realidade, fazer o que tem feito no nosso oeste catarinense, onde já morreram colonos de colapso, do coração, vendo sua propriedade ser abandonada pelas famílias que lá residiam. Eles trabalharam e colonizaram aquela região por mais de 100 anos. E tiveram que entregar para quem não queria terra, porque vêm os paraguaios e de outras regiões dizendo que são índios remanescentes ou que se criaram nessa região.

Gosto de Ipuaçu, lá eles vivem bem. Vocês devem conhecer Ipuaçu. Lá há harmonia. Lá o governador Esperidião Amin chegou a fazer escola, ginásio de esporte, todos no modelo de tatu, mostrando a edificação de acordo com a natureza. Lá cada um tem a sua terra, ninguém invade ninguém, ninguém toma de ninguém.

Agora, pelo amor de Deus, quando é que vamos entender que o direito de propriedade deve ser respeitado? Que Brasil é este? A terra é de Deus.

A terra é de Deus? É. Mas Deus deu o direito de propriedade para quem adquiri-la. Deus fez a terra e doou aos homens para que a administrem, mas que a administrem bem, para que todos tenham vida digna em cima de seu pedaço de terra. Mas não é expulsando.

Para onde vocês vão? Vão realocar. Mas para onde? E temos exemplos todos os dias dos reassentamentos das usinas, com o pessoal que está desconfortável, se bem que outros não estão. Mas vimos todos os dias acontecendo injustiças, deputada Ana Paula Lima, cometidas neste Brasil. Quando é que vamos parar com isso?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Não dá para concordar com tudo, deputado Reno Caramori, pois se formos fazer um resgate histórico de quem vivia no Brasil anteriormente, veremos que eram os índios.

Agora, o que está acontecendo no estado de Santa Catarina é omissão do governo do estado, porque os agricultores tomaram conta da terra. Ficaram lá esse tempo todo e agora precisam sair. Mas tem uma discussão neste momento. Aqui é terra de todo mundo, de índio primeiramente e depois de branco. E nós, aqui, o Parlamento, temos que fazer essa discussão.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputada Ana Paula Lima, se estiver faltando terra para alocar os índios, eu admito que o governo compre áreas que existem por aí para vender e reloque os índios, mas destronar quem está cima da terra produzindo com suas famílias eu não concordo. Vão para onde? Eu defendo isso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas esse problema é tão antigo, deputado Reno Caramori, esse assunto é muito mais grave do que essas palmas. Com relação a esse assunto de que o estado de Santa Catarina foi omisso durante muitos anos, enganando inclusive índios e brancos, nunca fizemos o debate dessa conjuntura com mais profundidade neste Parlamento. E nenhum governo do estado de Santa Catarina fez isso. E estamos aqui para mediar essa situação entre brancos e índios.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputada, estou aqui há 22 anos. Nós já debatemos isso há muitos anos, no governo do Vilson Kleinübing, no governo do Esperidião Amin, debatemos muito.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas em nenhum momento foi resolvida essa situação.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O problema é da Funai.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - O problema é do governo do estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha.) - Srs. deputados, o tempo está esgotado. E só para esclarecer, sabemos a que governo pertence a Funai.

Não podemos, enquanto presidente desta Casa, deputado Silvio Dreveck, dizer que esse assunto é recorrente. Nós solicitamos em nome da Presidência uma audiência com o ministro da Justiça, deputada Ana Paula Lima, porque a Funai vir aqui à revelia das autoridades constituídas de Santa Catarina e fazer essa decretação de área, o estado de Santa Catarina, os seus poderes constituídos não podem aceitar.

(Palmas das galerias)

Conversei com o próprio Ministério Público Estadual. E nem o Ministério Público Estadual foi consultado ou teve participação nisso. É um desrespeito o que a Funai tem feito ao estado de Santa Catarina. Não dá para negar. Estou absolutamente convencido disso.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, o que estou falando é que temos que fazer uma mediação. Não é eu nem v.exa. Este estado tem um governador. Se ele quer falar com o Ministro da Justiça, ele vai estar aqui na terça-feira falando com o governador do estado. Ele que fale com o Ministro da Justiça, que esteve várias vezes no estado de Santa Catarina e não debateu esse tema com profundidade.

Não queremos aqui acirrar briga de índio com branco. Nós temos um papel mediador nessa situação entre índios e brancos. Somos gente, portanto, temos que dialogar conversar. Tem que ser dessa forma. Agora, a Funai está cumprindo uma determinação que veio do ministério da Justiça, que foi também discutida na Câmara Federal.

Então, temos que mediar esse processo. Agora, não podemos estar puxando para um lado e para outro. Têm direitos os agricultores que estão há muitos anos, têm direito, sim. Eles foram enganados também quando botaram naquela terra. Foram enganados assim como os índios foram enganados. Se formos fazer esse resgate histórico e cultural, o tema é muito mais profundo do que esse, do que apenas um pedaço de terra.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, com todo o respeito que tenho a v.exa., discordo de v.exa. quando diz que esta Casa não tem que discutir. Tem, sim. Esta é a Casa do Povo. Esta Casa não pode se omitir. Esta Casa tem que participar. Aliás, nós temos uma pérola para levarmos ao ministro. Um índio Cacique veio aqui dizer que a Funai estava contra o interesse dos próprios índios.

(Manifestação das galerias)

Então, esta Casa abriu espaço, porque não pode e não vai se omitir. Esta Casa vai participar desse debate, porque é sério, é grave e não é responsabilidade só do governador, não. Ele também tem. Mas quem está fazendo isso é a Funai, um órgão vinculado ao governo federal.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de colocar a minha experiência nesse assunto. É uma experiência do dia a dia, de são 14 anos de vida que estou lidando com essa questão de terra indígena.

A grande verdade é de que nem o governo federal nem o governo do estado nem o ministro da Justiça e a própria Funai, todos, os nossos advogados por parte dos nossos agricultores... E criou-se o Samba do Crioulo Doido, no aspecto de quem é o quê.

O Supremo Tribunal Federal tem uma causa que está há quase oito anos para ser julgada, já fez todos os encaminhamentos necessários. E o próprio Supremo Tribunal Federal não se manifesta, e ainda não se manifestou, numa ação de 14 anos, dos municípios de Vitor Meirelles, Dr. Pedrinho, José Boiteux e Itaiópolis.

Então, é um assunto muito mais grave do que esse assunto que estamos discutindo aqui. Até porque se o próprio Supremo Tribunal Federal tem suas dificuldades de decisão, imaginem o que podemos fazer aqui.

Entendo que a Casa tem que participar, tem que discutir, mas o caminho é em nível de Brasília, indiscutivelmente.

Muito obrigado, Sr. presidente.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ontem, fizemos uma reunião conjunta com a comissão de Agricultura e Política Rural e a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, para debater o assunto.

É claro que o assunto é da Casa, obviamente é isso. Tanto que estamos propondo uma segunda rodada na comunidade, porque sabemos que na comunidade existem pessoas tão empobrecidas que sequer têm condições de vir aqui.

Agora, acredito que é importante preservamos, sr. presidente, o papel de mediação desta Casa, e que esta Casa não escolha lado, porque se não vamos ter dificuldade de ter legitimidade para tratar o assunto. E vou pedir a v.exa. que tem mais poder político do que eu, porque representa os 40 deputados desta Casa, que possamos formular um pedido de informação sobre todo o processo demarcatório, porque existe uma série de dúvidas sobre isso, para ajudar a comunidade a entender e para entendermos o processo melhor também.

Se me permite, sr. presidente, muito pouca gente pode falar aqui e dar de dedo no governo federal, porque todos nós fizemos parte do governo federal, todos nós somos corresponsáveis pelo seu sucesso e todos têm ficado felizes. E com as dificuldades temos que ter a determinação de ajudar.

Acredito que a Casa ontem avançou, e gostaria que v.exa. pedisse o relato ao presidente da reunião, deputado Moacir Sopelsa, porque avançamos em conseguir o lugar de mais neutralidade da Casa, de mais capacidade de conciliação.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, na verdade o fruto da última intervenção que fizemos neste Parlamento, e atendendo a uma solicitação de v.exa., estamos criando na comissão de Constituição e Justiça uma subcomissão que irá acompanhar as demarcações de terras no estado de Santa Catarina e acompanhar também lá em Brasília a tramitação, tendo em vista encaminhamentos feitos recentemente pelo senador Luiz Henrique da Silveira, que em fina sintonia nos solicitou que tivéssemos esse contato com ele, para que o convidássemos no momento oportuno para participar das negociações.

Precisamos deixar bem claro que quando se fala em indenizar terras, não compete aos estados essa indenização, compete à união. Se os estados tiverem que fazer essas indenizações, os estados quebram, pois não têm condições de fazer. O compromisso é da união.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, como a deputada Angela Albino já relatou, tivemos ontem uma reunião na comissão de Agricultura e Política Rural, em conjunto com a comissão de Direitos Humanos, quando participaram vários deputados. E o deputado Sargento Amauri Soares acompanhou uma parte. Na verdade, deputado Joares Ponticelli, não temos conhecimento, aliás, nem os interessados diretos nem os índios ou os moradores sabem o que vai acontecer com eles. Apenas estão dizendo que vão ser indenizadas as propriedades, as benfeitorias feitas pelos moradores. Mas ninguém sabe quanto é. É como se fossem na sua propriedade e dissessem que a propriedade

vale tanto. Se não aceitar por bem, depositam em Juízo, e depois vai discutir na Justiça o seu direito.

Então, precisamos estabelecer critérios, ouvir o ministério Público Federal; precisamos ouvir o ministro da Justiça e podemos envolver o governo do estado, porque ele tem interesse em ajudar. Ele participou do Encontro das Cooperativas, no extremo oeste de Santa Catarina, e quer ajudar a resolver o problema, mas tem que ter critérios. Sem critérios não vamos a lugar nenhum.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, acho que temos que pegar como critério não aceitar a primeira argumentação como a razoável. Até porque tem indígena que vendeu ou tentou vender para branco, e teve branco que comprou ou tentou comprar terra de indígena. E se essas versões prevalecerem, não se vai chegar à solução nenhuma.

Outro elemento que precisa ficar claro é a questão da possibilidade de indenização apenas pelas benfeitorias, porque, sim, o estado, o órgão federado, foi responsável pela colonização. Foi ele que autorizou a vender, se alguém comprou de forma ilegal. E se agora a união diz que o estado não poderia ter feito isso, então, temos um impasse. E não só a lei foi cega, como o legislador foi cego também.

Então, isso precisa ser revisto, com certeza, e não é admissível que o estado seja tão cego e obtuso para não enxergar a necessidade de fazer a justiça de forma correta.

No mais, é um grande debate que vai continuar, então, evidentemente que temos muito que conversar a respeito desse assunto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, é inegável que a Funai tem tido uma conduta discutível, porque tem atuado sobre forte influência, deputado Kennedy Nunes, de entidades não governamentais internacionais que recebem generosas verbas do governo federal. Mas não dá para acusar o governo federal nem o governo estadual!

(Palmas das galerias)

Quer dizer, acredito muito no projeto de lei de autoria dos deputados federais Ibsen Pinheiro e de Aldo Rebelo que está tramitando, que remetem as demarcações ao Congresso Nacional, porque hoje o terceiro escalão da Funai está demarcando terras indígenas, no sul do Brasil e no Brasil, e aí reside a origem do conflito.

Acredito que vamos chegar a um denominador comum, a uma atitude racional com a aprovação desse projeto e depois iremos discutir racionalmente com bom senso no Congresso Nacional a demarcação das terras indígenas no Brasil.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de fugir um pouquinho do tema e convidar os nobres colegas deputados que estão em seus gabinetes para virem ao plenário, para que possamos proceder à votação de algumas matérias importantes, inclusive de interesse do governo.

É o apelo que faço aos colegas deputados que estão em seus gabinetes.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, v.exa. que também trafega muito pelo sul do estado, até pelas suas ligações familiares, não somente políticas, e nós, do sul especialmente, estamos padecendo há dez anos com a duplicação da BR-101. São dez anos de obras sem previsão para acabar.

Com esse encaminhamento que a Funai está dando para essa região não sabemos quando teremos a solução definitiva, que é a transposição do Morro dos Cavalos. E quanto à nossa ferrovia, deputada Ana Paula Lima, o deputado Décio Lima, coordenador do fórum, trouxe um grande debate para a Fiesc, sendo lá apresentado também novamente esse entrave que a própria Funai vem colocando.

Então, além do problema que a comunidade, que as pessoas que residem na comunidade sentem diretamente, há toda uma população de mais de um milhão de habitantes no sul do estado que vai padecer, que vai continuar isolada.

Nós perdermos, deputado Silvio Dreveck, meu líder. O estudo feito pela Unisul, a pedido da Fiesc, apresentou uma perda, deputada Angela Albino, de R$ 32 bilhões para o sul do estado, por conta da ausência da duplicação. Isso é uma vez e meia o orçamento de Santa Catarina.

Há dez anos a obra está em execução e não há data para acabar. Espero viver para vê-la concluída, porque com esse impasse, até a quarta pista que estava sendo feita como paliativo, agora a dona Funai, a toda poderosa, disse que não pode mais acontecer em detrimento do povo do sul de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0218/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que disciplina a cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no estado de Santa Catarina.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0026/2013, de procedência do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 339, de 2006, que dispõe sobre a divisão e organização judiciárias do estado de Santa Catarina.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2011, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0001/2013, de autoria do sr. deputado Ismael dos Santos, que acrescenta o art. 85-D ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008, dispondo sobre os campos temáticos ou áreas de atividade da comissão permanente de Prevenção e Combate às Drogas.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0012/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que altera o art. 85-D do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008, o qual dispõe sobre os campos temáticos ou áreas de atividade da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0023/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Extremo Oeste de Santa Catarina, com sede no município de São Miguel d'Oeste.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0025/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio às Famílias com Hanseníase, com sede no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único Projeto de Lei n. 0026/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação para Dependentes Químicos Vale da Decisão, de Içara.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0027/2013, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, que declara de utilidade pública a Associação Du Projetus, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0030/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Instituto Padre Vilson Groh, com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0031/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Vida Nova, de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0220/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge Feminina, de Araranguá.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0379/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação Nossa Senhora de Guadalupe, de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013, de autoria do Ministério Público, que reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, através do painel eletrônico.

(Procede-se à votação nominal, através do painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Consulto os srs. deputados se todos exerceram seu direitode voto.

Temos 24 votos “sim” e um voto “não”.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2013, de autoria do procurador-geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 197, de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam o projeto, e os que votarem “não” rejeitam-no.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, no nosso painel de votação consta como origem a Câmara Municipal de Xaxim.

Solicito que v.exa. possa corrigir esse erro para que não estejamos votando alguma coisa problemática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É verdade. V.Exa. tem razão. Determino a correção.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Encerrada a votação, colho o resultado.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 24 votos “sim” e nenhum voto “não”.

O sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação da deputada Angela Albino votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizamos 25 votos “sim”.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, para as 16h27, para a votação em segundo turno das referidas matérias e conclusão da pauta.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h27, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon -Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013, de procedência do Ministério Público, que reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, vai entrar o projeto da saúde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Concluída essa votação, informo a v.exa. que vamos votar o PLC n. 0005/2013 e depois o PL n. 0074/2013, de procedência do governo do estado, que institui a gratificação pelo desempenho de atividades em saúde e estabelece outras providências.

Em votação o PLC n. 0001/2013.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim" e 01 voto "não", sendo que o excelentíssimo sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou as manifestações dos deputados Darci de Matos e Ismael dos Santos votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 23 votos "sim".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2013, de autoria do procurador-geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 197, de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto, e os que votarem "não" rejeitam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem,sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, solicito a retificação do painel que continua, persiste no erro Câmara de Xaxim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Que a assessoria faça o favor de providenciar a alteração.

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados, mais o voto do deputado Dado Cherem.

Foram 24 votos "sim" e nenhum votos "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0270/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que cria o programa Pró-Egresso.

Com a aprovação em todas as comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do projeto de Lei n. 074/2013, de autoria do governador do estado, que institui a gratificação pelo desempenho de atividades em saúde e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, pelo tempo de até cinco minutos para discussão da matéria.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, estamos aqui, hoje, nesta tarde, carimbando no papel. Carimbando no melhor sentido da palavra o coroamento de um debate que vem do ano de 2012, de uma luta que foi importante na sociedade catarinense. Evidentemente que se criaram situações dramáticas e divergências políticas a respeito

desse assunto, que foi aquela greve de dois meses, ou melhor, de 60 dias, na saúde pública estadual.

É uma greve que tem história, que voltou os olhares da sociedade para dentro do sistema de saúde do estado de Santa Catarina e fez com que a gente percebesse, e estamos percebendo ainda hoje, nesta data, uma realidade que precisa ser mudada e precisa ser transformada para melhor.

Aquela greve encerrou com um acordo na data de 21 de dezembro de 2012, e não pudemos refletir aqui naquele período, porque em 21 de dezembro a Assembleia Legislativa já estava em recesso. Mas nesses primeiros meses de 2013 houve uma intensa discussão entre o sindicato e a secretaria de estado da Saúde, no sentido de ser fiel com as resoluções e com acordo firmado naqueles 21 de dezembro. Eu não estava na mesa de negociações nem no ano passado, durante a greve, nem na mesa de negociação de encerramento da greve, nem na negociação durante os meses de fevereiro e março deste ano de 2013.

Temos informação que depois de todo aquele movimento, depois de todo aquele sacrifício, depois de todos aqueles dramas, chegou-se, enfim, a uma resolução a um texto que expresse o que foi determinado naquele acordo de 21 de dezembro, que pôs fim e encerrou a greve de 60 dias. E esse acordo está escrito no Projeto de Lei n. 0074.

As partes cumpriram aquilo que lhes cabia dentro desse acordo. O secretário da Saúde, a Casa Civil do palácio do governo, o próprio governador cumpriu a parte que foi acordada em 21 de dezembro. E evidentemente que o movimento e o trabalho dos trabalhadores do sindicato da Saúde era justamente buscar e chegar a esse acordo. Chegou-se enfim a esses termos. Esses são os termos exatos da negociação do dia 21 de dezembro. E faz justiça àquilo que foi acordado naquela data.

Evidentemente que os trabalhadores em geral e os trabalhadores da saúde especificamente têm muitas outras coisas para dizer a respeito de todas essas questões da saúde em geral e inclusive especificamente a respeito da questão do salário. Mas o projeto que está em debate nesta Casa é o acordo exato do dia 21 de dezembro de 2012.

Quero agradecer e na medida do possível parabenizar os trabalhadores em primeiro lugar, que se mantiveram firmes, seguraram na moral uma greve por 60 dias. Depois, por que não, agradeço ao secretário da Saúde e ao governo do estado, ao palácio do governo, por terem sido justos com o acordo de 21 de dezembro.

Agradeço aos deputados estaduais e a v.exa., presidente, que também teve essa sensibilidade, aos presidentes da comissão de Justiça da Assembleia Legislativa, deputado Mauro de Nadal, e aos demais integrantes da comissão, aos integrantes da comissão de Finanças e Tributação, ao deputado Gilmar Knaesel, aos demais integrantes da comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, aos deputados, ao presidente da comissão de Trabalho e Serviços Públicos, deputado Marcos Vieira, aos demais integrantes da comissão de Trabalho e de Serviços Públicos. Agradeço pela celeridade com que deram trâmite a esse projeto.

Deputado Kennedy Nunes, o projeto chegou aqui na tarde da última quarta-feira, foi lido em plenário, foi dado como lido na tarde da última terça-feira, há 48h, portanto. E estamos aprovando, também dentro daquilo que é a nossa parte, tendo de fazer justiça e ser justo com o acordo que vem sendo construído desde o ano passado para, enfim, dizer que existe a possibilidade, sim, de as partes em conflito, quando se trata especialmente de questões salariais, chegarem a um acordo.

O nosso voto, evidentemente, é sim, parabenizando a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Presidente, vou falar bem rápido e não usarei os cinco minutos, pois já estamos com problema de quórum, para tentar agilizar a votação.

Gostaria de mencionar apenas o que já falei na comissão de Finanças e também na comissão de Trabalho, sr. presidente, que obviamente há de se cumprimentar o governador que enviou esse projeto para cá, fruto de acordo, mas é bom lembrar que não foi uma graciosidade, foi uma conquista.

Lamento que seja preciso uma longa greve para uma conquista como essa. E desde o começo já defendíamos que tinha orçamento para isso, e a realidade objetiva mostrou que de fato tem orçamento, tanto é que o governo vai implementar essa gratificação agora.

O mais importante é que precisamos superar essa política que não é uma política salarial dos servidores públicos de Santa Catarina, que é com base em gratificação. E aí falo como sindicalista do serviço público.

Precisamos lutar por salários, precisamos lutar por plano de cargo e carreira. E o governo do estado, há mais de uma década, vem atuando no sentido de preservar pequenos grupos, depois os grupos que se organizam.

Portanto, nós, ao mesmo tempo votando a favor deste projeto, porque é fruto, como disse, da luta dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, precisamos avançar para um novo tempo, um tempo mais republicano, com uma visão de estado, para que Santa Catarina possa ter uma política salarial efetiva para o conjunto dos servidores públicos.

São os servidores públicos que realizam as políticas públicas. Portanto, precisamos ter uma visão global de todos os nossos servidores e servidoras e construir uma política que de fato ao longo do tempo recupere perdas.

Temos carreiras que estão muito bem remuneradas no serviço público de Santa Catarina e outras que são carreiras cruciais para a população tão ao abandono, como temos visto, em particular, na Educação, na Saúde e na Segurança, que são os pilares maiores de serviço público e que precisam, no estado de Santa Catarina, de um olhar especial.

Portanto, parabéns a quem lutou, parabéns a quem construiu a história e parabéns pela votação que essa Casa realiza hoje, menos de 24h depois de receber o projeto.

(Palmas)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente!

Gostaria de dizer, sr. presidente, que o Parlamento fez a sua parte. Conversamos com o sindicato, aceleramos esse processo com discussões dentro da comissão de Constituição e Justiça. Vamos votar hoje em tempo recorde, porque já veio atrasado para esta Casa o compromisso do governo do estado. Mas não é nenhuma benesse para os servidores da Saúde, não.

Este projeto está aqui pela insistência, pela coragem, pelo debate e depois de uma greve histórica, feita ano passado. Ele não é o ideal, pois queremos mais para esses trabalhadores que têm a função de atender à nossa comunidade no que há de mais rico, que é a vida, a preservação da vida e da saúde.

Sr. presidente, não vou utilizar o tempo todo. E quero dizer que eles estão de parabéns, a organização sindical, os trabalhadores da área da Saúde, mas a luta continua, agora, por melhores condições de trabalho, para atender ao povo catari nense.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa Legislativa do estado de Santa Catarina um empenho que partiu inicialmente do sindicato, através de uma organização durante alguns dias, exatamente 60, buscando as suas reivindicações junto com o governo para a melhoria salarial.

Também aqui invoco, por parte do sr. governador, a determinação ao negociador da greve, sr. Décio, posteriormente ao secretário de estado da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, e ao secretário da Fazenda, dr. Antônio Gavazzoni, que junto com o sindicato foram buscar os encaminhamentos financeiros para podermos cumprir esse compromisso firmado no último dia 21 de dezembro.

Quero aqui enaltecer o governo por essa postura, por essa atitude, pois além de atender a uma reivindicação de quase 10.000 funcionários também está pré-instituindo o sistema de meritocracia no serviço público, até porque vai ser através de produtividade que vamos, ao longo do tempo, instituir essa gratificação.

Então, em nome do governador Raimundo Colombo, quero dizer a todos que participaram de uma forma ou de outra na construção desse consenso que foi possível porque as partes acordaram, principalmente os servidores que entenderam e deram o tempo necessário que o governo pediu.

Nesta Casa o projeto passou por todas as comissões, onde foi aprovado por unanimidade e, com certeza, vai para este plenário o acordo selado no dia 21 de dezembro, quando o governador Raimundo Colombo, o vice-governador e sua equipe cumpriram um compromisso de prestigiar e recuperar financeiramente um pouco os profissionais da área da Saúde.

Então, quero que fique registrado nos anais desta Casa o empenho do governo para que essa solução fosse concretizada.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, cumprimentando aqui o governo de Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo, os funcionários, quero pedir a v.exa. que abra o painel para colocar em votação, enquanto os deputados fazem as suas manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não é no painel, deputado, pois é um projeto de lei.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - É inegável que o sindicato tenha muito mérito na aprovação desse projeto que vamos votar em seguida. Foi combativo, organizado, corajoso, levantando as bandeiras da melhoria salarial dos servidores da Saúde que cumprem uma missão fundamental salvando vidas, mas também não podemos deixar, sr. presidente, de registrar a boa vontade e determinação do governador Raimundo Colombo que, apesar da queda de arrecadação, mandou esse projeto para a Assembleia, concedendo essa gratificação que não é o ideal, mas, sem dúvida alguma, significa um avanço importante para aos servidores da Saúde de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, nesse final de semana acompanhei a situação de uma família que teve o avô e o neto queimados quase 60% do corpo. E tive a oportunidade de acompanhar o trabalho, a dedicação do pessoal da Saúde nessa ação, algo que muito me emocionou. Também pedimos o apoio do secretário Dalmo Claro de Oliveira, mas o empenho dos profissionais da Saúde foi fundamental.

Então, quero reconhecer esse trabalho do governador, do secretário Antônio Gavazzoni que juntamente com o sindicato buscaram o consenso, como tem sido com a Educação e sabemos que será também com a Segurança Pública nessas tratativas.

Assim, parabenizo todos os funcionários da Saúde e o governo do estado, pela busca dessa solução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei 0074/2013, de origem governamental.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero fazer o registro da presença do prefeito de Chapecó, José Caramori, irmão do deputado Reno Caramori.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Ainda sobre o tema das duas comunidades que estão nesta Casa, ontem identificamos na reunião das duas comissões um temor generalizado no sentido de que a efetividade da desocupação pudesse ocorrer nos próximos 30 dias. É temor da comunidade um despacho que aconteceria inclusive com requisição de força policial federal.

Então, no empenho desta Casa para que possamos conciliar o tema e evitar conflitos maiores, peço que a Assembleia, em nome da Presidência, possa se inteirar do assunto junto à representação estadual da Funai e possa garantir que no período de discussão desse assunto não acontecerá esse despejo e particularmente com o uso de força policial como teme a comunidade e como a Funai diz que não vai acontecer. Mas queremos a garantia de fato que não vá acontecer dessa forma.

Gostaria de fazer essa solicitação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, apenas para que possamos acompanhar, gostaria de pedir para que possamos votar em segundo turno e a redação final do Projeto de Lei n. 0074/2012, que trata da gratificação dos trabalhadores da Saúde, porque a primeira parcela é para este mês, e já estamos no dia 3. Precisamos deixar a votação encerrada hoje, se possível, para que o governador possa sancionar, a fim de que a secretaria da Administração possa inclusive proceder à folha de pagamento. Gostaria de ter essa clareza para podermos cumprir esse cronograma por completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito bem, deputado, seguidamente vamos encerrar a sessão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pediria às sras. deputadas e aos srs. deputados que retornassem ao plenário para que votemos a redação final desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputada Angela Albino, o presidente, deputado Joares Ponticelli, deve retornar daqui a pouco e dará a resposta aos seus questionamentos, porque está acompanhando mais de perto essa questão.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h45, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon -Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute a questão da demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da demarcação de terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção a Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0074/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0169/2013, 0170/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0171/2013, de autoria da deputada Luciana Carminatti; 0172/2013, 0173/2013, 0174/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0175/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0176/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0177/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0178/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s 0245/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0246/2013 e 0247/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0248/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0249/2013, de autoria do deputado Valmir Comin; 0250/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0251/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0252/2013 e 0253/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0254/2013 e 0255/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0257/2013, 0258/2013, 0259/2013 e

0260/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 0256/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita ao gerente de relações institucionais da empresa Oi S.A. a ampliação da rede de linhas de telefonia na região do contorno norte, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0030/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre o repasse de recursos financeiros para a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, não tínhamos um requerimento para ser deliberado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Realmente, peço escusas, sra. deputada Ana Paula Lima, mas eu não estava acompanhando de perto aqui.

(Passa a ler.)

"Requerimento

A deputada que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a suspensão da presente sessão do dia 03 de abril de 2013 pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do sr. Marco de Oliveira e a sra. Eunice Antunes, representantes da comunidade indígena Guarani do Morro dos Cavalos, que falarão sobre a realidade daquela comunidade."

Conforme acordo de todas as lideranças, está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -(Faz soar a Campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na desistência da deputada Ana Paula Lima, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Na ausência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, eu iria até declinar da minha inscrição, mas acho que é oportuno eu falar, até para que fique esclarecido.

Entendi em minha fala no horário dos Partidos Políticos que a deputada Ana Paula Lima não entendeu direito a minha posição. Então,gostaria de dizer que jamais, em momento algum, fui contra os índios. Em momento algum. Muito menos sou radical defendendo os nossos colonos, os nossos proprietários de terra. O que eu quero é que seja feita justiça. É aquilo que eu disse, se Deus fez esse mundo e entregou aos homens para administrarem, ele não entregou só para os índios. E quem nasceu? De onde é que surgiram as outras civilizações? Quer dizer, nós somos todos descendentes de índios? Não, foram várias civilizações que nasceram e tomaram conta da terra nos milênios. É óbvio. Isso foi nos Estados Unidos, no Brasil e em toda a Europa.

Agora, o que precisamos é realmente fazer justiça. Se falta terra para assentamento dos índios, alguém tem que ser responsabilizado. Por que a Funai deixou acontecer tudo isso?

Repito, estou aqui há mais de 20 anos sempre discutindo a mesma coisa. Lá em Chapecó, que Deus o tenha, o bispo Dom Gomes instigava todo mundo contra todo mundo, e ele deve estar no lugar dele, porque um religioso que chega a ponto de jogar civilizações contra civilizações não admito que tenha o poder de representar a minha religião.

(Palmas das galerias)

Por isso, discutimos muito com ele. E, deputada Ana Paula Lima, no primeiro ano do governo do Espiridião Amin eram feitas reuniões regionais, quando o governo se transferia para outros municípios. E em Chapecó, deputado Romildo Titon, e nós tivemos audiências com o atual bispo de Chapecó, que sucedeu o bispo Dom Gomes, ele simplesmente só escutou, calou-se. E em todas as proposições feitas o bispo não respondeu. Eu estava presente, e isso está gravado em fita.

Eu acho que ninguém é moleque. Nós precisamos enfrentar a situação que existe hoje. A Funai não pode chegar e tocar todo mundo para rua. Os índios não estão colocados. E se está faltando condições, vamos achar as soluções, e a Funai é responsável e não pode se omitir.

Agora, a Funai, para satisfazer uma necessidade, vai roubar de quem adquiriu com dignidade, de quem está morando há muitos anos, de quem comprou as terras com boa fé. É isso que queremos.

Não somos contra ninguém, em absoluto, bem pelo contrário, e vou repetir o que já falei, o meu pai dava emprego para dezenas de índios no Rio Grande do Sul, pagava religiosamente, dando comida, dando roupa e pagando salário. Por quê? Porque os índios queriam sobreviver. E lá o cacique não era um cacique, era um bandido que representava a aldeia, que vendeu tudo que havia em cima do terreno e deixou os índios passando fome e morrendo de fome.

Então, queremos deixar bem claro que não somos contra ninguém, em absoluto, o que queremos é justiça.

Deputada Ana Paula Lima, vai alguém lá na sua casa e diz: aqui havia uma civilização em cima, mas agora v.exa. faça o favor, desocupe o seu pedaço de terra, porque ele era meu.

(Palmas das galerias)

Então, estou dizendo isso, deputada Ana Paula Lima, não para afrontar v.exa. Estou apenas citando como exemplo. Podia ser com o deputado Sargento Amauri Soares, com o deputado Romildo Titon, até comigo, de alguém chegar e dizer: pode sair que essa terra é minha.

Dizem que vão indenizar as benfeitorias. E a propriedade que o homem pagou? Quem comprou, pagou de boa-fé, registrou, está escriturado, tem posse. E vão colocar esse pessoal na rua? Já não chegam as pessoas que estão na cidade perambulando por falta de moradia, que são os nossos sem teto, os sem casa?

Acho que irresponsável é o governo federal, deputada Ana Paula Lima. Quem determina isso são os deputados federais, os senadores. E não estou dizendo que é a presidente da república, mas sim o governo, porque entra presidente, sai presidente e continua a mesma coisa. Então, o responsável é o governo.

Na época, solicitamos ao bispo atual de Chapecó que elaborasse um documento, e que o governador da época seria o portador desse documento para buscar junto ao governo federal uma solução, mas não houve essa tratativa, porque o questionamento não estava no Morro dos Cavalos, estava lá no oeste catarinense.

Então, o que queremos é que vocês tenham educação, saúde, tenham moradia, tenham condições de vida digna, que tenham oportunidade de estudar, de participar de tudo como qualquer pessoa, como o branco. Vocês são feitos de carne e osso, e queremos que o governo possa proporcionar isso para todos vocês.

(Palmas das galerias)

Viajo muito e fico com muita pena, quando vejo às vezes índio caído na sarjeta com a família em volta. Tenho visto muito isso. E por quê? Porque não tem assistência como devia ter.

Nós temos mais uma área enorme de índios em Calmon. Vocês conhecem Calmon? Em Calmon, há uma área muito grande, praticamente desabitada. Parece que agora estão indo alguns índios para lá, que não são vocês, são de outra região, para ocupar aquela área. Por quê? Porque é uma área obsoleta.

Mas o que nós queremos, deputada Ana Paula Lima, é que haja justiça. Queremos que vocês permaneçam vivendo condignamente; queremos o respeito pelos proprietários que lá estão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada, deputado Reno Caramori.

O que v.exa. quer é o que todos aqui querem. É o que os agricultores querem, é o que os índios querem. Por isso que a nossa intenção no Parlamento é ser mediador desse conflito.

Entendo a angústia das pessoas que estão morando na terra, que foram enganadas e dos índios que também foram enganados. Temos que mediar aqui esse processo. Vamos discutir um projeto de lei nesta Casa para eles serem indenizados, a terra também, não somente a propriedade; discutirmos essa questão.

Mas estamos aqui fazendo a mediação. Se v.exa. falar da minha casa, da sua casa, vamos para um resgate histórico muitos anos atrás, época em que vieram os alemães sem terra para o Brasil, os italianos que fugiram da guerra e vieram para o Brasil, os africanos que foram escravizados para o Brasil, os portugueses que vieram para o Brasil. Todos vieram para o Brasil!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Os africanos vieram para o Brasil pelos portugueses.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas é uma discussão que não vai nos levar a

um resgate histórico, entende? Porque se for por isso eu também estou fora do Brasil, v.exa. da mesma forma! Ficam os índios! Mas vivemos num país continental, onde travamos as lutas, os debates...

(Manifestações nas galerias)

Quanto aos debates, fazemos aqui, dialogando, não com guerra, como aconteceu nos Estados Unidos e em outros lugares.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É lógico, deputada!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Dialogando, porque somos seres humanos! E queremos aqui a garantia dos índios, mas o Parlamento tem que ser mediador nesse processo e entender isso aí! Não fazer, pois v.exa. reclamou de dom José Gomes, isso! Temos é que manter a ordem, a tranquilidade e garantir justiça para todo mundo.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço o seu aparte, deputada.

É justamente isso, só que a responsabilidade das indenizações é da Funai, é do governo federal, não é do governo do estado. Constitucionalmente, não temos condições. O estado não tem, não é o governador, essa atribuição e nem pode ter. Quem tem que indenizar é o governo federal, é a nação, é a união. Por isso defendemos nesse ponto.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e pessoas presentes nesta tarde de quarta-feira, quero cumprimentar as pessoas presentes nesta Casa que vieram se manifestar de uma ou de outra parte e buscar desenvolver o raciocínio, se for possível.

O ser humano apega-se à cidade local, às terras, aos vales, aos rios, à floresta onde nasceu e cresceu. Pelo menos nós, seres humanos, não índios. Busco entender a realidade deles também, porque sou filho de colono pobre e sem terra, da região do alto vale de Imbuia, e nunca morei mais do que seis anos no mesmo lugar, porque filho de agricultor sem terra mora numa hora na terra de alguém e em outra hora na terra de outro. Mas tem apego profundo a rios, florestas, morros e estradas ou trilhas.

Então, há questões que jamais poderão ser resolvidas, que não dá sequer para mitigar, mas precisamos buscar uma solução que seja razoável. E é prudente que os parlamentares busquem analisar a situação não com o olhar do proprietário rural, não com o olhar do cidadão urbano, mas que busquem fazer uma avaliação - e têm obrigação - de fazer uma tentativa de análise mais profunda.

Quero registrar também que a Funai está aqui presente. Foi citada, esculachada em algumas circunstâncias, colocou-se à disposição para falar, mas como não estava no requerimento, precisará proceder de outra forma para fazê-lo, não para combater opiniões, mas para dizer aquilo que aconteceu ou não.

Começo a entender por que a Funai tem sido tão criticada nos últimos anos no Brasil, porque desde a Constituição de 1988 tem se colocado na posição que os constituintes de 1988 decidiram que o Brasil deveria se colocar. Aliás, neste debate sobre o Morro dos Cavalos até faço uma autocrítica por não ter estudado antes esse assunto, inclusive por ter passado pelas Ciências Sociais da UFSC e não me ter aprofundado nas questões antropológicas além daquelas disciplinas obrigatórias. Depois, fui para a área da sociologia política, então, não me aprofundei nessas questões. Mas aprendi agora que só na Constituição de 1988, portanto, há apenas 25 anos da história de 500 anos de ocupação européia deste continente, desta nação, o Brasil aceita a existência do indígena enquanto nação!

Não estou falando de procedimentos, de cultura, de ideologia, porque está claro aqui que não aceitam, mas faz só 25 anos que a Constituição brasileira reconhece que o povo indígena pode existir como nação. Até então diziam: vamos continuar matando. Como se fossem bichos? Não faziam isso oficialmente, pelo menos, mas criavam as reservas indígenas, e o próprio nome diz, a reserva é um lugar reservado, para onde levavam os indígenas, na minha avaliação, perdoem-me a palavra, para uma espécie de depósito de seres humanos, até o dia que esse indígena se aculturasse à realidade, ao modo de viver, de trabalhar e de se assalariar do não indígena.

Então, há apenas 25 anos a nação brasileira reconhece que existiam, que moravam antes de 1500 aqui nações de povos que têm o direito de existir, de preservar o seu território, a sua forma de economia, de sobrevivência, ou seja, pesca, caça, coleta, pequena agricultura, e de preservar sua cultura, sua língua.

Se ficarmos pensando sobre a história da humanidade, quantos povos europeus não existem mais? E aqui no nosso país temos povos que apesar de quase cinco séculos de massacre continuam existindo. Mas em pleno século XXI parece que a visão dominante é de que eles não devem existir, que não têm nada contra os indígenas, que não vão mais atirar neles, mas arrumam um pedaço de terra, um arado. Quer dizer, não dá para pensar com essa lógica!

Evidentemente que isso cria conflito, porque a questão fundiária sempre foi conflituosa no Brasil, inclusive, há muito tempo. E a questão fundiária ainda é mais polêmica quando de um lado temos brancos e agricultores e, às vezes, inclusive, com o título de propriedade, ou seja, com a chamada escritura de propriedade privada da terra e do outro lado os indígenas. Aí o conflito é ainda maior.

É claro que é um drama você nascer, crescer e morar num lugar, por exemplo, por 40 anos, deputado Romildo Titon, e depois ter que sair. E é preciso que as autoridades e o Parlamento tentem entender essa realidade e tomem decisões adequadas para que possamos mitigar a injustiça histórica cometida pelos brancos no Brasil.

Como tenho dito, não vamos mais resolver essa situação, porque apenas é possível, ainda, mitigar. Mas se pelo menos todos admitíssemos de sã e de verdadeira consciência e expressão da verdade que nós parlamentares, não descendentes de indígenas, aceitamos a ideia elementar de que os povos originários podem continuar existindo com a sua cultura, com o seu modo de vida, com a sua forma de sustentação, com a sua língua, ficaria claro que é no mínimo razoável que busquemos tratar esses povos mais ou menos, até o ponto máximo que possamos, conforme a sua cultura e não conforme a nossa.

Não podemos exigir que os indígenas entendam o modo da forma como nós entendemos.

(Palmas das galerias)

E não é possível tentar enquadrá-los dentro do conceito que temos.

Nasci e cresci no vale do Itajaí e nunca morei na mesma propriedade. E até 1950 - a imbuia foi colonizada a partir de 1930 - os indígenas eram caçados no mato como se fossem bichos. E onde a terra era agricultável não sobrou indígena.

Então, alguns vão dizer que eles não estavam no Morro dos Cavalos em 1950, 1930 e 1867. Mas é óbvio que não estariam entre o exército de Garibaldi e o exército do império! É óbvio que não estariam entre as forças militares de Getúlio Vargas e as forças militares legalistas! Quem, em sã consciência, ficaria com a sua família entre dois exércitos prontos a entrar em conflito?

No alto vale do Itajaí os indígenas, ao ver o sinal de um branco, de um não índio, tinham que se esconder mais para dentro do mato, até que acabou o mato. Por isso, temos que avaliar essas questões e fazer um debate.

O meu tempo está acabando e não será suficiente para a reflexão e para entender que mitigar as injustiças históricas é uma necessidade, assim como reconhecer a existência desses povos. Porque é triste para um povo considerado civilizado, brasileiro, como foi citado aqui, vir dizer que quer continuar extinguindo povos, nações e culturas.

Temos que buscar uma forma de tentar levar isso de forma civilizada, e essa é a palavra que gostamos, de forma humana e de forma adequada. Evidentemente que temos que debater essa questão, porque achamos que a injustiça maior e a mais grave que se cometeu contra as pessoas que estavam naquele lado do plenário foi dizer que eles não terão direito à indenização pela terra, e sim apenas pelas benfeitorias. Isso foi injusto, deputado Romildo Titon. Eles precisam sair de lá e ter a condição de ter uma terra igual ou melhor do que aquela em outro lugar, e na mesma região. Aí, sim, estaremos num processo que fará justiça. Esse é o debate que se tem que fazer aqui e levar também para a Câmara Federal.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Agradecemos a presença de todos.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 010-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 11 a 22 de abril do corrente ano, a fim de viajar aos Estados Unidos da América, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 02 DE ABRIL DE 2013.

Às nove horas do dia dois de abril do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, Aldo Schneider, Jean Kuhlmann, José Nei Alberton Ascari, Serafim Venzon e Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 3ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência dos trabalhos, foi acordado entre os membros da Comissão, convidar para a reunião do dia 09 de abril de 2013, representantes da Polícia Civil do Estado, da Secretaria de Segurança Pública, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Segurança Pública. O Deputado **José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0363.3/2011 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 0011.1/2011 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Resolução de nº 0012.5/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução de nº 0001.2/2013 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0257.2/2012, 0063.5/2013 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de lei de nº 0127.4/2012 e exarou parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados José Nei A. Ascari, Jean Kuhlmann e Ana Paula Lima. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 0341.8/2011 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei de nº 0046.4/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0044.2/2013 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0263.0/2011 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0093.0/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0049.7/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados José Nei A. Ascari, Ana Paula Lima e Dirceu Dresch. A reunião foi suspensa e reaberta às 16h30min. **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei de nº 0074.8/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia três de abril de dois mil e treze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Darci de Matos, Angela Albino, Aldo Schneider, Neodi Saretta, Valmir Comin e o Deputado Serafim Venzon, substituindo o Deputado Marcos Vieira. Justificaram suas ausências, o Deputado Marcos Vieira, através do oficio 076/2013 e a Deputada Luciane Carminatti, através do oficio 072/2013. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 3ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Antonio Aguiar** relatou o PL./0074.8/2013, que Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Angela Albino** relatou o PL./0040.9/2013, que dispões acerca da obrigatoriedade de afixação de placa informativa sobre a hospedagem de crianças e adolescentes nos estabelecimentos que menciona, seu parecer foi favorável pela aprovação do projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Vamir Comin** relatou o PL./0254.0/2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias que administram rodovias no Estado de Santa Catarina a divulgarem valores arrecadados com a cobrança de pedágios, seu parecer foi pela aprovação do projeto, posto em discussão, o Deputado Antonio Aguiar pediu vista em gabinete. Ato contínuo, o Senhor Presidente divulgou a proposta de cronograma das Audiências Públicas Regionais da LDO 2013 e LOA 2014, para serem analisadas e definidas na próxima reunião. O Senhor Presidente salientou aos senhores Deputados que a Audiência Pública requerida pelos Deputados Darci de Matos, Mauricio Eskudlark e Antonio Aguiar, ocorrerá no dia vinte e seis de abril de dois mil e treze, em Porto União, às dezessete horas, com a finalidade de debater as diferenças tributárias nos municípios catarinenses que fazem divisa com o Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, três de abril de dois mil e treze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de março de dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Altair Guidi, Dado Cherem, Ciro Roza, Neodi Saretta, Edison Andrino, Valmir Comin e a Deputada Dirce Heiderscheidt, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Altair Guidi, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos Membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foram apresentados os nomes dos senhores Deputados Neodi Saretta para Presidente e do Deputado Altair Guidi, para Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido os mesmos eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Neodi Saretta agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o senhor

Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis, em doze de março de dois mil e treze.

Deputado Altair Guidi
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Edison Andrino
Deputado Dado Cherem
Deputado Ciro Roza
Deputado Neodi Saretta
Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte de março de dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Neodi Saretta, Edison Andrino, Gilmar Knaesel e a Deputada Dirce Heiderscheidt. O Senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta, propõe que sejam enviados convite ao senhor José Roberto Martins, Secretário de Turismo e ao Sr. Gean Loureiro, Presidente da FATMA para comparecerem a esta comissão para apresentarem seus planos de trabalho para o corrente ano, aprovado. Foi solicitado que esta Comissão indicasse dois representantes para compor a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina (CIEA/SC). Aprovado o nome da deputada Dirce Heiderschedt para o Colegiado. Ficando o nome do suplente ainda a ser definido. O Senhor Deputado Gilmar Knaesel encaminha convite para participação desta comissão no Congresso Mundial sobre Turismo da Melhor Idade, em Portugal, no mês de abril. O Senhor Antônio Marinaldo Reinelli - Presidente da Agência para o Desenvolvimento Regional Integrado do Planalto Norte Catarinense traz convite para o FORUM sobre recursos hídricos, solo e saneamento, dias 4, 5 e 6 de junho, na ALESC, no Auditório Antonieta de Barros, Participação EPAGRI, FATMA, Comitês de Bacias. Aprovada a participação da Comissão. O Senhor Deputado Edson Andrino propõe a participação da Comissão no Encontro Mundial, em COLON, Argentina, em março, para debater o Aquífero Guarani. Propõe que o trabalho seja feito em conjunto com a Comissão do MERCOSUL, apropvado. Foram discutidos e votados os ofícios Of./432.6/2012 - manutenção do titulo de reconhecimento de utilidade pública ao Circulo Orquidário de Balneário Piçarras, exercício 2011 - Aprovado e o Of. /492.7/2011 - Balancete contábil de Água, natureza, Vida - ANAVI, de Santo Amaro da Imperatriz, Aprovado. . Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, em vinte de março de dois mil e treze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas e dez minutos do dia três de abril dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Neodi Saretta, Gilmar Knaesel, Altair Guidi, Ciro Roza e Valmir Comin. Justificaram a ausência a Deputada Dirce Heiderscheidt e Edison Andrino. O Senhor Presidente deu como aprovada a ata da reunião anterior. Foi discutido o PL.0026.0/2011 - Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados em Santa Catarina, de autoria do deputado Jorge Teixeira. O Deputado Ciro Roza, pediu vistas em gabinete. O Of./0636.5/2012 - manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Proteção Ambiental, AGUAPÉ, de Sombrio. Foi aprovado por unanimidade e o PL.0129.6/2012 - Dispõe sobre pesquisa e utilização de plantas nativas da flora catarinense. Autoria deputado Altair Guidi. Objetivo: Valorizar a flora nativa. Foi aprovado por unanimidade. Foi comunicado pelo Presidente Deputado Neodi Saretta que o Senhor Gean Loureiro, Presidente da FATMA estará presente dia 17 de abril na reunião ordinária da Comissão. Que o Município de Concórdia realizou encontro para debater o novo Código Florestal Brasileiro. Parcerias de SEMADRA, EMBRAPA e o Projeto Filó. O Deputado Saretta propõe realização de um Seminário em Florianópolis, na ALESC para debater o novo Código Florestal Brasileiro. Comunica também que a Comissão de Justiça convida para audiências públicas, conjuntas sobre o ICMS Ecológico. A Comissão acata a solicitação. O senhor Deputado Gilmar Knaesel apresenta o convite e discorre da importância do Congresso Internacional de Segurança Turística em Portugal. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, em três de abril de dois mil e treze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 814

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 065.7/2013, de origem governamental, encaminhado pela Mensagem nº 805, de 20 de março de 2013, que "Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências".

Em virtude da existência de outros projetos de lei em tramitação nessa augusta Casa Legislativa tratando da mesma matéria, solicito aos nobres senhores Deputados e retirada do regime de urgência para apreciação do referido projeto de lei.

Florianópolis, 03 de abril de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 045/13

Ofício/APAE/ Imbuia nº 16/2013 Imbuia- SC, 05 de fabril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepecionais - APAE**, de Imbuia referente ao exercício de 2012.

Dirceu Schmidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1056, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIANA CAMPAGNONI**, matrícula nº 6747, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de abril de 2013 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1057, de 10 de abril de 2013

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **VALDELICE DA SILVA SIQUEIRA**, matrícula nº 6821, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (DL - CC - Comissão de Saúde).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1058, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDELICE DA SILVA SIQUEIRA, matrícula nº 6821, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Volnei Morastoni - Itajaí).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1059, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS VINICIUS LANNES DUERING**, matrícula nº 2607, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-84, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1060, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLOS VINICIUS LANNES DUERING, matrícula nº 2607, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-80, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1061, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **VANESSA VIDAL**, matrícula nº 6823, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Volnei Morastoni).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1062, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VANESSA VIDAL, matrícula nº 6823, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (DL - CC - Comissão de Saúde).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1063, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DANIELLE DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-28, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PT).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1064, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1015	SERGIO MACHADO FAUST	15	19/03/13	0774/2013
3755	MARIA BEATRIZ DE SOUZA	15	08/03/13	0775/2013
1439	MARGARETH BALSINI GENOVEZ	14	15/03/13	0776/2013
1900	LOURIVAL BAPTISTOTI	60	18/03/13	0777/2013
2114	ELIZABETE OLINDA GUERRA	22	06/03/13	0778/2013
4345	ANA RITA MORICONI DE SOUZA	15	25/03/13	0779/2013
2106	ANA MARIA BAGGIO DA SILVA	60	19/03/13	0780/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1065, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2065	TEREZINHA RODRIGUES GONCALVES	120	27/03/13	0772/2013
620	SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA	30	03/03/13	0773/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1066, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Jean Kuhlmann **MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA,** servidora da Prefeitura Municipal de Blumenau, designada para exercer suas atribuições funcionais na Assembleia Legislativa pelo Termo de Convênio celebrado entre Alesc e Prefeitura de Blumenau, no período de 01 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1067, de 10 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Jean Kuhlmann **EDISON LUIZ ROSSA**, Motorista na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 139726, servidor da Prefeitura Municipal de Blumenau, designado para exercer suas atribuições funcionais na Assembleia Legislativa pelo Termo de Convênio celebrado entre Alesc e Prefeitura de Blumenau, no período de 01 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***